

Afirmativa

Ano 10 • Nº 49 • AFROBRAS, SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ LIBERDADE

plural



Carolina de Jesus
A Dama das Letras



PATROCINADOR
OFICIAL

A group of Brazilian athletes in their Rio 2016 uniforms, featuring green and yellow with "BRA" in red. They are posed in a dynamic, crouching formation against a dark background with smoke effects. The uniforms are green with yellow accents and the word "BRA" in red. The athletes are looking directly at the camera with intense expressions.

Pode vir quente que



a gente é **BRA**

#AgoraehBRA



Bradesco

Tudo de BRA para você.

13 de maio

126 anos de abolição.....	8
2014/2024 a vez dos Afro-descendentes.....	14
Igualdade entre as raças.....	20
O ideal maior dos Afro-descendentes.....	24
Negros, liberdade & nação.....	26

Educação

MEC abre as portas para o negro	30
Programa Abdias do Nascimento	36

Internacional

Os negros de Israel	38
---------------------------	----

Flink Sampa 2014

Flink Sampa, Festa da Literatura e Cultura Negra.....	44
Carolina de Jesus: sua importância na literatura.....	48

Troféu Raça Negra

Valeu Madiba!.....	54
--------------------	----

Cotas

Dilma sanciona cotas de 20% nos concursos públicos.....	60
O avanço das políticas afirmativas.....	64

Religiosidade

Respeito à religião.....	68
O pensamento iorubá.....	70
Todas as religiões são iguais perante a lei.....	72

Copa

Copa contra o racismo.....	74
Núcleo de combate à discriminação racial.....	78
A bola rola, para tudo permanecer parado. Como sempre!....	80
Não somos macacos.....	82

Política

O papel do negro na política.....	84
Joaquim Barbosa antecipa aposentadoria e deixa STF.....	90

Preto e Branco

Jair Rodrigues.....	94
---------------------	----

ndice

Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural, Centro de Documentação, através da: Editora Unipalmes Ltda., CNPJ nº 08.643.988/0001-52. Com periodicidade bimestral. Ano 10, Número 49 - Av. Santos Dumont, 843 - Bairro Ponte Pequena - São Paulo/SP - Brasil - CEP 01101-080 - Tel. (55 - 11) 3325-1000. www.afrobras.org.br

CONSELHO EDITORIAL: José Vicente • Francisca Rodrigues • Cristina Jorge • Nanci Valadares de Carvalho • Humberto Adami • Sônia Guimarães.

DIREÇÃO EDITORIAL E EXECUTIVA: Jornalista Francisca Rodrigues (Mtb.14.845 - francisca@afrobras.org.br).

FOTOGRAFIAS: JC. Santos e Adriana Barbosa.

REDAÇÃO: Rejane Romano, Monica Santos e Zulmira Felício.

ASSINATURA E PUBLICIDADE: Maximagem Mídia Assessoria em Comunicação - Francisca Rodrigues - (francisca.rodrigues@afrobras.org.br) • Tel.(11) 3325-1000.

EDITORIAÇÃO: Ponto a Ponto Comunicação • Tel. (11) 4325-0605.

A Copa mundial de futebol e as boas notícias para os negros

Esta edição da Afirmativa Plural foi feita em meio aos preparativos para a Copa mundial de futebol, com todos os gostos e desgostos dos brasileiros em relação a este assunto. Além de matéria falando sobre o racismo no futebol, a Afirmativa buscou trazer notícias e opiniões importantes para o tema Negros, como a polêmica gerada por um juiz ao afirmar que a Umbanda e Candomblé não são religiões. Ele parece desconhecer o art. 5º, inciso VI da Constituição Federal vigente, de 1988, que

vimento Negro, em 2013, para a efetivação do programa criado pelo então ministro Aloízio Mercadante, na Afroétnica Flink Sampa, realizada pela Afrobras e Zumbi dos Palmares na Semana da Consciência Negra.

Outro acontecimento importante foi o tradicional 13 de Maio, Dia da Abolição da Escravatura no Brasil, marcado por reflexões na Faculdade Zumbi dos Palmares. Neste ano a missão de proferir palestras avaliando o atual posicionamento do negro nestes 126

atribui a todas as religiões e crenças, o mesmo status jurídico, a mesma dignidade e relevância.

Mas a Afirmativa também traz a boa notícia de que no dia 9 de junho, a Presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que reserva para os negros 20% das vagas em concursos públicos federais do poder Executivo. A lei já começou a valer no dia seguinte com prazo de dez anos para vigorar. Um grande avanço para os negros.

Outra boa notícia: o lançamento pelo MEC dos editais de Formação Pré-acadêmica para Pós-graduação e de Mobilidade Discente e Docente, do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento. Um resultado da intervenção da Faculdade Zumbi dos Palmares e do Mo-

anos pós-abolição ficam por conta de dois ministros de Estado: Luiz Alberto Figueiredo, das Relações Exteriores; e José Henrique Paim, da Educação, que estiveram no Campus da Zumbi dos Palmares.

E para finalizar, já estamos trazendo informações da Afroétnica Flink Sampa, Festa do Conhecimento, Literatura e Cultura Negra, em sua segunda edição, evento que acontecerá dias 22 e 23 de novembro de 2014, no Memorial da América Latina, na capital paulista; e do Troféu Raça Negra (24/11), em sua 12ª edição e que este ano homenageia nosso querido Mandela.

Boa leitura a todos!

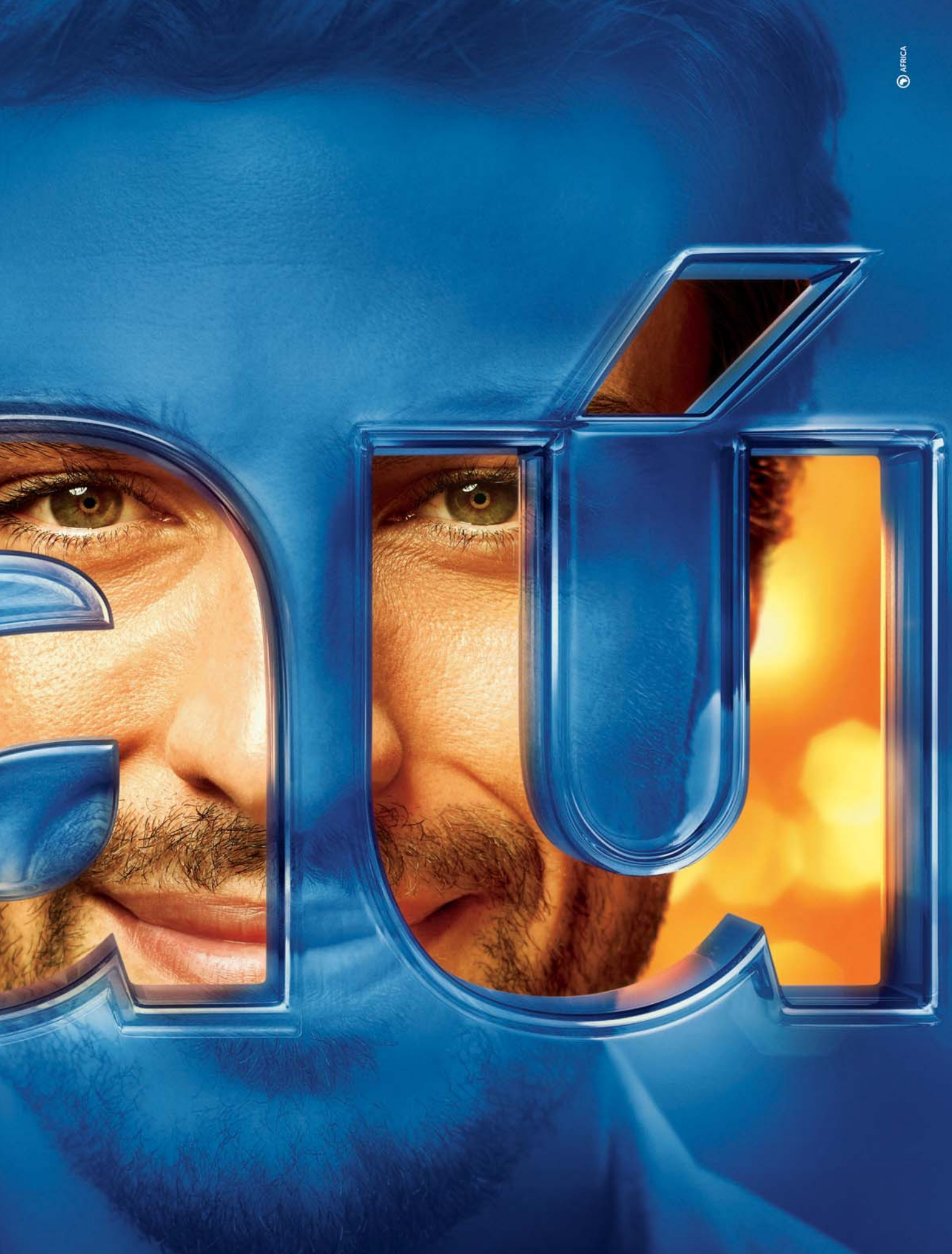
Francisca Rodrigues,
Editora Executiva.

ditorial



**Quem define
o nosso tamanho
não somos nós.
São os nossos clientes_**

Itaú. Primeiro lugar no ranking
dos maiores bancos do Brasil,
segundo o Especial Melhores
e Maiores 2014 da revista EXAME.



126 anos de abolição

Tradicionalmente o dia 13 de maio, Dia Nacional de Abolição da Escravatura, é marcado por reflexões na Faculdade Zumbi dos Palmares. Contando costumeiramente com pessoas de destaque na sociedade brasileira que compartilham suas experiências e conhecimentos.

Neste ano a missão de proferir palestras avaliando o atual posicionamento do negro nestes 126 anos pós-abolição ficou por conta de dois ministros de Estado: Luiz Alberto Figueiredo, das Relações Exteriores; e José Henrique Paim, da Educação.

Diante de uma plateia composta por alunos, professores, coordenadores, a direção da instituição e convidados, o ministro das Relações Exteriores, que esteve no Campus da Zumbi no período matutino, proferiu palestra destacando as iniciativas de seu ministério em prol da equidade

entre as raças, salientando inclusive, os esforços para coibir o racismo nos campos de futebol, durante e depois do Mundial de Futebol no Brasil. Além disso, anunciou os planos de contemplar a Década dos Afrodescendentes, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), na qual, segundo Figueiredo, o ministério das Relações Exteriores irá trabalhar o tema “O reconhecimento da justiça e os direitos”.



Acompanhe na página 14 a íntegra do depoimento do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo.

Durante a noite, o ministro da Educação, Henrique Paim, não só fez uma análise da evolução da população negra do ponto de vista da educação, mas também foi laureado com a Comenda do Mérito Cívico Afrobrasileiro, outorgada pelo Conselho Consultivo da Afrobras – sociedade

Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural.

Há 10 anos no Ministério da Educação, já tendo inclusive sido presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FN-DE), Henrique Paim, falou sobre a relevância da premiação.

“Ao longo de minha carreira eu já recebi várias condecorações e medalhas, mas sem dívida alguma esta talvez seja a de maior responsabilidade, de maior peso. Porque, na verdade, eu recebo aqui esta outorga como um negro, Ministro da Educação e para mim é uma grande responsabilidade. Um compromisso de manter um trabalho diário no ministério, de trabalhar 24 horas pela inclusão na educação do Brasil. Desta forma estará cravado no meu peito, no meu coração e este dia vai fazer parte da minha história”, emocionou-se Paim.

Quanto aos trabalhos realizados no campo da educação o ministro fa-



Ministro Henrique Paim ladeado dos alunos Soraia de Jesus e Victor Yago Araujo.

lou sobre a necessidade de reparação.

“Vir aqui neste dia, nesta instituição, representa todo este esforço que temos feito de redenção e de libertação dos negros no país. O Brasil é um país que tem uma reconhecida dívida educacional e esta dívida, à medida que vamos estudando a história de outras nações, principalmente das nações desenvolvidas, vemos que perdemos muito tempo, ao não começar a reforma educacional no momento devido e por não termos aproveitado momentos de desenvolvimento, como por exemplo, econômico, cultural... pelos quais o país passou. Estas mudanças nunca foram acompanhadas com uma visão estratégica pela educação. Nós temos uma história na educação brasileira da qual nós não podemos nos orgulhar”, avaliou.

E deu continuidade em seu discurso falando sobre os empenhos de seu ministério.

“Atualmente as universidades já estão implementando 34% da Lei de Cotas e para 2015 a estimativa é de 37,5%. Estamos correndo atrás do tempo para mudar a

fotografia da educação no Brasil. Temos o peso de que a escravidão afastou o negro da educação e o despertar do país para políticas afirmativas foi muito tardio”.

Segundo Henrique Paim através do investimento em educação a sociedade colhe mudanças significativamente positivas: *“devidos as mudanças ocorridas nós alteramos completamente a perspectiva das famílias dos trabalhadores brasileiros e dos jovens negros brasileiros, porque até bem pouco tempo atrás as pessoas se conformavam com determinadas situações. Imaginavam: ‘eu concluo meu ensino médio, [quando concluo], e depois eu vou trabalhar’. Mas hoje temos demonstrações claras de que a taxa de desemprego já começa a sofrer uma interferência positiva em termos de redução, e de jovens que saem do mercado de trabalho para estudar em função das oportunidades que o governo abre. Nós mudamos o imaginário da população brasileira, principalmente da população de baixa renda e dos negros”, afirmou.*

Quanto a Faculdade Zumbi dos Palmares o ministro fez questão de demonstrar seu apreço pela instituição e por seu idealizador, o reitor José Vicente.

“Minha presença aqui é uma homenagem a todo esforço do reitor José Vicente em prol da educação. Eu sou testemunha do esforço diário dele para manter esta instituição de pé. Para que cresça, desenvolva e evolua cada vez mais. Existe um compromisso do Ministério da Educação em apoiar esta instituição. Vamos trabalhar fortemente num cronograma para que todas as questões pendentes junto ao MEC possam ser resolvidas rapidamente, para que possamos dar sustentabilidade a esta instituição que é muito importante, pois nasce da comunidade e deve ser valorizada por isso, vamos trabalhar para que ela se transforme em uma instituição comunitária para que, desta forma, possa ajudar ainda mais a população negra e a carente deste país, pois esta faculdade presta um grande serviço ao Brasil”, disse o ministro da Educação.

Medalha do Mérito Cívico Afro Brasileiro

Momentos de reflexão e emoção marcaram a cerimônia de entrega da Medalha do Mérito Cívico Afrobrasileiro, realizada no último dia 13 de maio no Campus da Faculdade Zumbi dos Palmares, em São Paulo.

Evento obrigatório no calendário de autoridades e personalidades que demonstram preocupação com a real inclusão de toda a população brasileira, a medalha foi criada com o objetivo de homenagear autoridades e personalidades que contribuem com a inclusão e valorização do negro brasileiro.

Desde o início, o evento foi marcado pela reflexão em torno da história de luta do povo negro, mesmo antes da abolição. Para tornar viva essa me-

mória, o coral Zumbi dos Palmares entoou o Hino Nacional e depois a canção africana kwabona kala.

Dando início a entrega da Comenda, o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares e presidente da Afrobras, José Vicente, convidou ao palco a Comissão de Outorga, formada pelos Conselheiros da Zumbi dos Palmares e pelos Comendadores da Afrobras, como Marisa Moura, Sonia Guimarães, Mauricio Pestana, Maria Clementina de Souza, Rosenildo Ferreira e Erickson Gavazza.

Ao tomar a palavra, o reitor José Vicente se lembrou da escravidão no Brasil, onde mais de quatro milhões de homens, mulheres e crianças foram escravizados e observando que o Brasil foi o último país a acabar com a escravatura.

Em mais um momento de honra àqueles que lutam pela diversidade no Brasil, José Vicente, convidou ao palco as personalidades que iriam receber a medalha.

Convidados ao palco receberam a Medalha: Exmº Dr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior Subprocurador-Geral de Justiça, representando Dr. Elias Rosa, Procurador Geral de Justiça; o Juiz Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, Doutor Ricardo Felício Scaff, representando o presidente do TJ, Dr. Renato Nalini, Macaé Evaristo, secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC), João Carlos Di Genio, reitor da Unip e o Ministro da Educação, Henrique Paim. ■



Coral Zumbi dos Palmares.



Henrique Paim.



Macaé Evaristo.



Dr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior.



Clementina de Souza.

Doutor Ricardo Felício Scaff.

Marisa Moura.

13 de maio



João Carlos Di Genio.

2014/2024

a vez dos

afr

descendentes

**Por Luiz Alberto Figueiredo Machado*

Quero agradecer a todos que aqui vieram nesse dia tão especial nessa universidade que homenageia um líder tão fascinante que lutou tão bravamente pela liberdade.

No ano passado, quando servia em Washington (EUA), fui convidado pela Howard, para uma homenagem a Zumbi dos Palmares e foi impressionante porque tinha um auditório muito cheio de alunos, professores e personalidades e a única razão era homenagear Zumbi. Fiquei orgulhoso de ver, como brasileiro, que Zumbi é uma figura reverenciada.

Quero reiterar a honra que sinto por estar aqui e conversarmos sobre mudanças que o Brasil e o mundo vêm sofrendo. É por meio da reflexão de cada um de nós que vamos assegurar um futuro cada vez mais

de afirmação da cidadania, de maior inclusão, de repúdio a qualquer forma de discriminação para quem quer que seja.

O Brasil tem sido chamado para atuar em um mundo cada vez mais globalizado e cada vez mais a realidade externa incide sobre a realidade interna dos países, e o que acontece em cada um dos países reverbera no exterior e afeta a comunidade internacional.

A despeito de grandes progressos econômicos no mundo, a desigualdade social e as tensões étnicas persistem em números crescentes e alarmantes em muitos lugares. São frequentes os atentados aos direitos humanos e difundidas as práticas infelizmente discriminatórias de todo tipo como o racismo, a xenofobia, o preconceito: contra imigrantes, religioso... Os parti-

darismos também não escolhem classe social e não escolhem países, estão por toda parte, afetam dos países mais pobres aos mais ricos, onde se verificam em alguns casos o recrudescimento de velhas visões e preconceitos.

Nesse mundo cada vez mais globalizado, o Brasil tem procurado projetar-se como uma força construtiva em favor de um sistema internacional mais pacífico, próspero, justo e inclusivo. Ao fazê-lo, o Brasil traduz junto ao mundo externo sua própria identidade de país em desenvolvimento, com origens históricas, raciais e étnicas específicas. A diversidade da sociedade brasileira é o que dá força à política externa e à nossa projeção no exterior. Então política externa não pode jamais ser fundada no preconceito, na discriminação, ela deve

ser sempre efetivamente global e inclusiva por que a riqueza do país e do mundo está na diversidade. Ora, claro que um diplomata, brasileiro, que busca projetar-se num país, no mundo, tem que ter sempre valores. Quais são os valores da sociedade que temos que representar? São necessariamente os valores da diversidade. A tolerância que temos que ter no trato dos termos internacionais, é a tolerância que temos que ter em casa. A sociedade brasileira nos ensina a cada passo. Nas lutas internas, nas lutas dessas muitas décadas, nas lutas de séculos. Essas lutas são tanto as políticas, quanto as lutas contra a discriminação. Essas nos ensinam cada vez mais na projeção do Brasil no exterior, nos ensinam a entender que podemos estar unidos na diversidade

e a diversidade é uma razão de força e não de divisão. Nesse ponto, o Brasil é hoje um dos onze países que se relacionam com todos os estados membros das Nações Unidas, esse é um dado singularmente importante, o Brasil manter relações amistosas com todos os estados membros da ONU, e somos um entre os onze países que fazem isto. Nós dialogamos com todos, não só porque respeitamos as diferenças, mas sabemos que por meio do diálogo promoveremos nossas visões e valores.

O compromisso genuíno do Brasil com a paz, e a convivência harmoniosa entre os povos, é ao mesmo tempo, o reflexo de sua sociedade e a sua fonte principal de influência no mundo. A presidenta Dilma Rousseff costuma dizer *“que o lugar em que um*

país ocupa no mundo, está diretamente vinculado à importância que o governo atribui ao seu povo”.

Nós temos buscado reproduzir na nossa atuação externa, o compromisso que temos internamente com o desenvolvimento inclusivo, respeitador dos direitos humanos, do meio ambiente e dos valores democráticos. Nesse ponto, é fundamental ressaltar que a atuação internacional do Brasil será tanto mais eficaz e construtiva, quanto mais o país assumir sua identidade de país formado na intercessão de várias culturas e etnias. Nesse contexto temos atuado com uma consciência de que a África é parte central da nossa identidade. A política externa brasileira tem se empenhado em afirmar a importância dessa realidade histórica e social.



Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado e professores da Zumbi.

A decisão do Brasil de estabelecer uma relação especial com a África está pautada em diversas razões culturais, sociais e econômicas, entre as quais a consciência que a população brasileira tem de sua raiz africana. Com foi dito pelo professor José Vicente, cerca de 52% dos brasileiros se declaram afro-descendentes, negros, isso faz do Brasil um país com maior população de origem africana no mundo depois da Nigéria. Uma política externa voltada para a África, assim marca um compromisso com parcela majoritária do povo brasileiro.

Para o Brasil, a valorização da contribuição aportada pela população afro-descendente, ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país, que é a construção da identidade nacional, é mais que o reconhecimento com uma dívida com o passado, uma aposta para o futuro que não será possível alcançar o desenvolvimento que desejamos como nação, se não formos capazes de superar toda e qualquer forma de discriminação. Precisamos garantir não apenas o gozo equitativo de direitos e garantias fundamentais, mas também o acesso cada vez mais equitativo a oportunidades para todos os brasileiros.

Assim sendo, a importância que o Brasil atribui às relações com a África, não é um mero expediente retórico, mas aumentamos de modo significativo nossa rede de embaixadas no continente africano.[...] A cooperação internacional que o Brasil prestou nos últimos anos beneficiou quarenta e dois países africanos, os resultados são extremamente animadores e mostram que o Brasil pode fazer a diferença na vida de muitos povos irmãos. Tem sido uma dinâmica de mão dupla, ninguém se engane

com isso, temos aprendido muito com os parceiros da África.

Os notáveis avanços sociais ocorridos no Brasil na última década deram origem a um importante reconhecimento internacional. É grande o interesse dos países especialmente em desenvolvimento pelas bem sucedidas políticas sociais brasileiras, com êxito na redução da pobreza e na diminuição da desigualdade, no aumento da renda média da população e na criação de empregos, que situou o Brasil na vanguarda das políticas de desenvolvimento social.

“...Temos nos empenhado fortemente ao lado dos irmãos da África e caribenhos para o lançamento pela ONU da Década Internacional dos Afrodescendentes, no Decênio 2014/2024...”

Exemplos de êxito dessas políticas no Brasil se estendem por vários setores. Na saúde operamos com países africanos no planejamento de ações de combate à AIDS, merece destaque neste sentido o estabelecimento, em parceria com a Fiocruz, de uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique, a iniciativa desta fábrica deve beneficiar quase 3 milhões de pessoas na África, que vivem com AIDS.

A Fiocruz também, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação, foi responsável pela implantação, em 2011, do primeiro Banco de Leite Humano, em Cabo Verde. A

iniciativa representou um marco na redução das taxas de mortalidade naquele país.

Há outros exemplos interessantes, na área da educação cerca de 10% da população de São Tomé e Príncipe foi alfabetizada por programas de cooperação promovidos pelo Brasil. Eu poderia seguir com vários outros casos que nos dão orgulho e a certeza que a cooperação brasileira é real, entre irmãs e não visa lucro.

Parte da nossa política externa, especialmente no plano multilateral, em resposta a nossa origem, a nossa história, tem a ver com o combate internacional ao racismo, a eliminação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e de formas correlatas de intolerância. Tem sido um tema de destaque na política externa brasileira na área de direitos humanos. Realizamos em Brasília, em 2008, a Conferência Regional Reparatória, a Conferência de Revisão de Dukan que ocorreu em Genebra, em 2009. Temos nos empenhado fortemente ao lado dos irmãos da África e caribenhos para o lançamento pela ONU da Década Internacional dos Afrodescendentes, no Decênio 2014/2024. Lançamos ainda no Conselho de Direitos Humanos da ONU resoluções que tratam do enfrentamento do racismo e da discriminação racial no âmbito dos esportes, do acesso à educação como instrumento de superação ao racismo e promoção da igualdade racial e da incompatibilidade entre democracia e racismo.

O início efetivo da década dos afrodescendentes vai concentrar uma de nossas prioridades, vamos ter toda uma década de articulação, debates e decisões sobre este tema. O tema escolhido para década é: “O

Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado.



ZUMBI DOS PALMARES

FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES
SÃO PAULO - BRASIL

reconhecimento, a justiça e o desenvolvimento”. Ele aponta para o reconhecimento da chaga do racismo e da discriminação racial e para a necessidade de assegurar a justiça no sentido da realização equitativa de direitos, como condição necessária a um modelo de desenvolvimento justo e sustentável. É este espírito que nos move também no debate que se abre na ONU, chamado Desenvolvimento Pós 2015, quando vamos elaborar objetivos para todos os países na área de desenvolvimento sustentável e aí incluímos a questão do racismo e a questão de toda Década Internacional dos Afrodescendentes.

Quanto a demais medidas que vêm sendo adotadas, eu quero recordar que o Itamaraty foi o primeiro órgão no Governo brasileiro a aplicar a partir de 2002, uma política de ação afirmativa para estimular o ingresso de candidatos negros no Instituto Rio Branco. Até hoje o programa que destina-se ao apoio e à preparação do candidato afrodescendente ao Rio Branco já concedeu 594 bolsas.

Eu devo dizer que o Itamaraty não é diferente da estrutura da sociedade. Na minha turma do Rio Branco, há 35 anos, havia uma negra, Mônica, que infelizmente já não está mais entre nós. Faz mais de 10 anos que ela faleceu. Mas Mônica era a única mulher negra na minha turma e este panorama foi se alterando lentamente e hoje é possível ver que nosso corpo diplomático começa a refletir, ainda pouco, mas começa a refletir a diversidade étnica do povo brasileiro. A soma de todas as cores que nós temos neste país e o que nos torna fortes e destemidos diante de uma realidade internacional que nem sempre nos favorece.

A última turma do Instituto Rio Branco, que se formou agora, escolheu como patrono Nelson Mandela. É a primeira vez que se escolhe um patrono estrangeiro. Mas todos nós sabemos que de estrangeiro Nelson Mandela não tem nada, ele é tão brasileiro e tão universal quanto nós todos. Esta mesma turma que escolheu Nelson Mandela teve como paraninfa a ministra Luiza Bairros, da Seppir, o que mostra que a geração nova que entra no Itamaraty é uma geração que tem uma visão muito mais aproximada do que é o Brasil e do que deve ser o país, do que gerações anteriores. A presidenta Dilma Rousseff disse “*nós*

“Nós temos que nos olhar no espelho para entendermos o que é ser um brasileiro. O que é ter orgulho de ser um brasileiro.”

Dilma Rousseff
Presidenta

temos que nos olhar no espelho para entendermos o que é ser um brasileiro. O que é ter orgulho de ser um brasileiro”.

Eu queria dizer ainda neste sentido que eu gostaria muito de estimular esta diversidade no Itamaraty. A diversidade étnica, cultural... Nós já temos representantes de várias origens diferentes: chineses, japoneses, negros... De origem ucraniana, além das tradicionais italiana, portuguesa, espanhola... Várias origens, várias cores, várias culturas e a riqueza que isto traz é impossível medir. Sem dúvida, isto nos torna cada vez mais representativos da sociedade e dos brasileiros. Todas as inadequações que

temos são as que as demais instituições têm, mas espero que rapidamente sejam vencidas.

Quero estimular sempre: não deixem de sonhar, pensar... não abandonem uma vocação. Nunca. Se eu posso dizer algo numa universidade é exatamente isso. Nós temos que aproveitar oportunidades. Temos que criar oportunidades cada vez mais e isso eu creio que está acontecendo paulatinamente. Nada é perfeito, mas tudo é um passo adiante. Acredito que estes passos devem ser aproveitados com coragem e com a compreensão de que assim nós vamos todos juntos fazer um país melhor. Um país que refletirá cada vez mais a sociedade.

Ao concluir, quero dizer que cada vez mais há uma identidade necessária e maior entre a política interna e externa brasileira. Hoje nosso país se projeta no exterior como exemplo de um país que soube crescer, incluir e ao mesmo tempo proteger seu ambiente. Nós somos um exemplo extremamente raro de nação que pode nesta última década ter taxas importante de crescimento, de inclusão, redução de desigualdades e de proteção ambiental.

É muito bom representar um país assim. É muito bom ter a oportunidade de levar ao exterior a voz de um país assim. Tentar representar os interesses de um povo como o nosso. E acredito que este é o sonho de todo diplomata. Este sonho implica necessariamente um conhecimento do Brasil e do seu povo. Agradeço uma vez mais a honra que me foi dada de estar aqui, neste dia, que é um dia tão especial. Para mim, esta foi uma experiência inesquecível que vou carregar para o resto dos meus dias. ■

**Luiz Alberto Figueiredo Machado é ministro das Relações Exteriores do Brasil.*



QUANTOS GERENTES DE BANCO NEGROS VOCÊ CONHECE?

Eu jamais imaginei tanto!",

é o que diz o ex-aluno da Zumbi, formado na primeira turma do curso de Administração da Faculdade Zumbi dos Palmares, Ednilson Nascimento. Não é para menos, dentre os feitos de Ednilson estão: enfrentar as dificuldades numa capital como São Paulo, após ter vindo do Rio Grande do Norte em busca de novas oportunidades; conquistar um estágio num banco multinacional como o Citibank; e ter sido parabenizado pelo ex-presidente Lula durante a colação de grau. Gostou da história do Ednilson? Então você precisa conhecer outras nas salas de aula da Zumbi, ou melhor: mudar a sua vida também e vê-la contada aqui. Venha para a Faculdade Zumbi dos Palmares.

VESTIBULAR 2014
segundo semestre



**FACULDADE
ZUMBI DOS PALMARES**

SÃO PAULO - BRASIL

www.zumbidospalmares.edu.br
Av. Santos Dumont, 843 - Próximo ao Metrô Armênia
Tel.: 3325-1000

igualdade



entre as raças

**Por Marco Aurélio Mendes de Farias Mello*

Na constituição de 1988 adotou-se pela primeira vez, um preâmbulo – o que é sintomático, sinalizando uma nova direção, uma mudança de postura –, após o que a Lei Maior é aberta com o artigo que lhe evidencia o alcance: constam como fundamentos da República Brasileira a cidadania

e a dignidade da pessoa humana. Do artigo 3º vem-nos luz suficiente ao agasalho de uma ação afirmativa, à percepção de que o único modo de se corrigir desigualdades é colocar o peso da lei, com a imperatividade que ela deve ter em um mercado desequilibrado, a favor daquele que é discri-

minado, que é tratado de forma desigual. Nesse preceito são considerados como objetivos fundamentais de nossa Republica: primeiro, construir – presta-se atenção a esse verbo – uma ansiedade livre, justa e solidária, segundo, garantir o desenvolvimento nacional – novamente temos

aqui o verbo a conduzir não a uma atitude simplesmente estática, mas a uma posição ativa; erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e, por último, no que nos interessa, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Pode-se afirmar sem receio de equívoco, que se passou de uma igualização estática, meramente negativa, no que se proibia a discriminação, para uma igualização eficaz, dinâmica, já que os verbos, “construir”, “garantir”, “erradicar” e “pro-

mover” implica, em si, mudança de óptica, ao denotar “ação”. Não basta não discriminar. É preciso viabilizar – e encontramos na Carta da República, base para fazê-lo – as mesmas oportunidades. Há de ter-se como página virada o sistema simplesmente principiológico. A postura deve ser, acima de tudo, afirmativa. E é necessário que seja a posição adotada pelos nossos legisladores. O fim almejado por esses dois artigos da Carta Federal é a transformação social, com o objetivo de erradicar a pobreza, que é uma das maneiras de discriminação, visando-se, acima de tudo, ao bem de

todos, e não apenas daqueles nascidos em berço de ouro.

No campo dos direitos e garantias fundamentais, deu-se ênfase maior a igualização ao prever-se, na cabeça do artigo 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurando-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Seguem-se setenta e sete incisos, cabendo destacar o XLI, segundo o qual “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”; o inciso



Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.

XLII, a prever que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei”. Veja-se que nem a passagem do tempo, nem o valor “segurança jurídica”, estabilidade nas relações jurídicas, suplantam a ênfase dada pelo nosso legislador constituinte de 1988 a esse crime odioso, que é o crime racial. Mais ainda: de acordo com o § 1º do artigo 5º, “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. Em relação aos direitos e às garantias individuais, a Carta de 1988, tornou-se desde que promulgada, auto-aplicável, cabendo aos responsáveis pela supremacia do Diploma Máximo do País buscar meios para torná-lo efetivo. Consoante o § 2º desse mesmo artigo, os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, e aqui passou-se a contar com os denominados direitos e garantias implícitos ou insertos nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

A Lei nº 7.716/89, de autoria do Deputado Carlos Alberto Cão, veio capturar determinados procedimentos, à margem da Carta Federal, como crime. Deveriam ter sido previstas, além da pena de prisão, também penas de multa em valores elevados. É o caso de perguntarmos: o que falta, então, para afastarmos do cenário as discriminações, as exclusões hoje notadas? Urge uma mudança cultural, uma conscientização maior por parte dos brasileiros; falta a percepção de que não se pode falar em Constituição Federal sem levar em conta, acima de tudo, a igualdade.

Todas as estatísticas comprovam o desequilíbrio social existente no Brasil, recaindo sobre a população negra grande parte dos ônus advindos da péssima distribuição de renda que tanto nos envergonha. Os piores indicadores alusivos ao analfabetismo, ao desemprego, renda, expectativa de vida, habitação, mortalidade, violência urbana retratam muito bem o que e como vem a ser a discriminação racial no Brasil.

“...Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurando-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”

Tudo acontece de forma muito sutil. A prática comprova que, diante de currículos idênticos, prefere-se a arregimentação do branco e que, sendo discutida uma relação locatícia, dá-se preferência – em que pese à igualdade de situações, a não ser pela cor – aos brancos. Nas lojas de produtos sofisticados, raros são os negros que se colocam como vendedores, o que se diria como gerentes. Em restaurantes, serviços que impliquem contato direto com o cliente geralmente não são feitos por negros. Mais ainda, existem locais em que há a presença maior de negros, a atuarem,

no entanto, como: manobrista, leão-de-chácara, etc.

Há exceções no Brasil. Já contamos, felizmente, com algumas grandes empresas que procuram equilibrar essa equação; uma delas começou com a política em 1970, mas mesmo assim, até aqui, só conseguiu compor o quadro funcional com 10% de negros. Iniciativas semelhantes servem para escancarar o problema, para abrir nossos olhos a esse impiedoso tratamento que resulta, passo a passo, em uma discriminação inaceitável.

Cidadania não combina com desigualdade. República não combina com preconceito. Democracia não combina com discriminação. E, no entanto, no Brasil que se diz querer republicanos e democráticos, o cidadão ainda é uma elite, pela multiplicidade de preconceitos que subsistem, mesmo sob o manto fácil do silêncio branco com os negros, da palavra gentil com as mulheres, da esmola superior com os pobres, da frase lida para os analfabetos...

Nesse cenário sócio-político e econômico, não seria verdadeiramente democrática a leitura superficial e preconceituosa da Constituição, nem seria verdadeiramente cidadão o leitor que não lhe rebuscasse a alma, apregoando o discurso fácil dos igualados superiormente em nossa história feita pelas mãos calejadas dos discriminados. É preciso ter sempre presentes essas palavras. A correção das desigualdades é possível, mas é preciso que façamos o que está ao nosso alcance, o que está previsto na Constituição Federal. Mãos à obra. Todos. Quem ganha é o Brasil. ■

**Marco Aurélio Mendes de Farias Mello é ministro do Supremo Tribunal Federal.*



“A Faculdade Zumbi dos Palmares chega aos 10 anos. E durante este período eu pude vivenciar a mudança de história dos jovens negros através da educação. São mais de mil alunos graduados, sendo que 90% empregados e 70% efetivados em grandes empresas brasileiras e internacionais. Se você é um jovem em busca de uma faculdade conheça a Zumbi dos Palmares. E se você é alguém que como eu, quer mudar mais vidas através da educação, apoie essa iniciativa.”

Wilson Simoninha - Cantor

O cantor Wilson Simoninha, empresta a sua imagem para a promoção de mais acesso dos jovens negros no mercado de trabalho e no ensino superior.

Av. Santos Dumont, 843 - Próximo ao Metrô

Armênia - Tel.: 3325-1000



Apoio:  **Abril**



**FACULDADE
ZUMBI DOS PALMARES**
SÃO PAULO - SP

o ideal maior

dos afro

**Por Ives Gandra da Silva Martins*

descendentes

Os três temas mais debatidos, na segunda metade do século XIX, os quais terminaram por derrubar o 2º Império, foram a abolição da escravidão, a República e a Federação.

Os maiores intelectuais do país, pertencentes aos dois grandes partidos da Monarquia Parlamentar, travavam discussões, nos dois mais renomados institutos de advogados (o de São Paulo e o do Rio), sobre essas questões candentes, polêmicas e atuais, entre elas a primeira constituindo a maior chaga do Estado.

Nos Estados Unidos, a guerra de Secessão vencera as últimas resistências dos escravocratas sulistas, os mesmos que levaram a Suprema Corte americana, no caso Dred Scott, em 1857, segundo lembrado por Roberto da Silva Martins a proferir decisão da qual certamente seus integrantes ainda hoje devem se envergonhar. Decidiram os magistrados que: “1) o negro não é uma pessoa humana e pertence a seu dono; 2) não é pessoa perante a lei, mesmo que seja tido por ser humano; 3) só adquire personalidade pe-

rante a lei ao nascer, não havendo qualquer preocupação com sua vida; 4) quem julgar a escravidão um mau, que não tenha escravos, mas não deve impor esta maneira de pensar aos outros, pois a escravidão é legal; 5) o homem tem o direito de fazer o que quiser com o que lhe pertence, inclusive com seu escravo; 6) a escravidão é melhor do que deixar o negro enfrentar o mundo”. (A Vida dos Direitos Humanos”, Sérgio Antonio Fabris Editor, 1999)”.

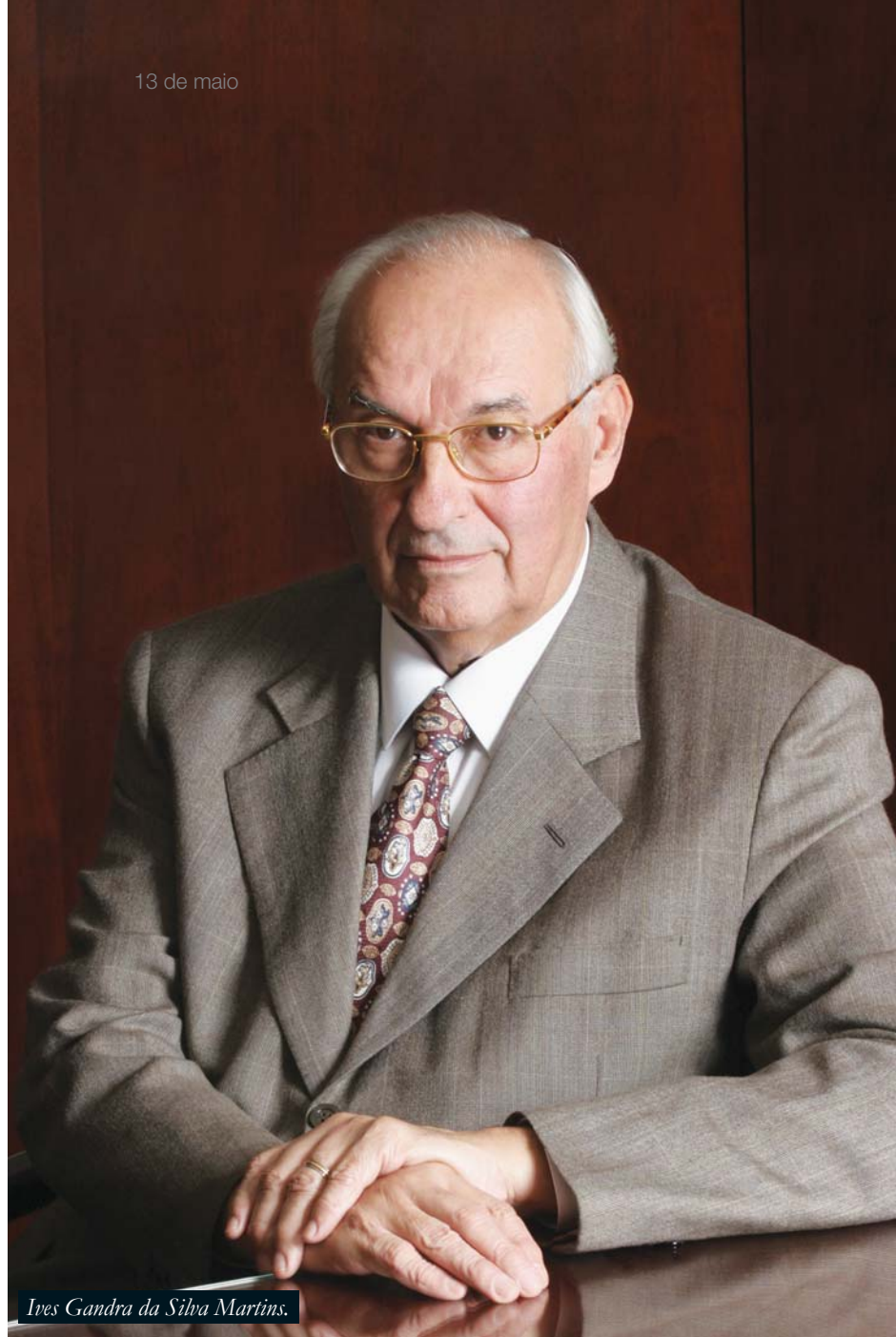
A pressão do Movimento de libertação foi crescendo de tal forma, no Brasil, que o governo foi obrigado

a ceder e a editar sucessivas leis amenizadoras do regime escravocrata até o dia 13 de Maio de 1888, quando acabou, definitivamente, com a nódoa da escravidão, em nosso território.

De lá para cá, a luta dos afro-descendentes contra os preconceitos – hoje respaldada pelo art. 3º, IV da C.F., que estabelece, como um dos objetivos da República, a não-discriminação racial – tem sido travada para superar as dificuldades de inserção social da grande parcela da população, que representam, no mesmo “status” de cidadania alcançado pelos representantes de outras “raças”, vindas também de outros continentes ou nascidas no próprio país.

Tem-se, todavia, estudado pouco a fantástica contribuição que os afro-descendentes ofertaram para a formação da sociedade. Seus mais expressivos intelectuais e seus heróis, surgidos na guerra para a libertação de Pernambuco do domínio holandês e, principalmente, na batalha cuja data transformou-se no aniversário da formação do Exército brasileiro (Guararapes), a meu ver, sinalizam ideais muito maiores do que apenas o de adquirir maior “status”, de ter o mesmo nível de riqueza ou as mesmas benesses que, no curso da história, os brancos se auto-outorgaram.

Vejo na sua luta muito mais do que o desejo de apenas vencer os preconceitos e nivelar o padrão de vida. Vejo algo que poucos brancos, poucas pessoas de outras raças e poucos governantes vislumbraram. Vejo a mensagem dos integrantes de uma raça injustiçada na história, de oferecimento de sua colaboração autêntica para que, juntos, todos os brasileiros, sem exceção, constituam uma nação melhor, mais digna, mais



Ives Gandra da Silva Martins.

solidária. Desejam muito mais do que a singela igualdade, que já têm – pelo menos – no ordenamento jurídico. Almejam unir-se aos brasileiros de todas as raças para tornar o Brasil exemplo de integração e valorização da dignidade humana, como modelo para as demais nações.

E, pessoalmente, vejo, no estudando trabalho da Faculdade Zumbi dos Palmares, exemplo deste magnífico esforço para, ao defender os

valores dos afro-descendentes, colaborar, decididamente, para transformar o Brasil na mais socialmente justa e digna das democracias.

Parabéns, portanto, aos que nele estão empenhados, desenvolvendo ações que devem ser admiradas por todos os brasileiros deste País “plurirracial”. ■

**Ives Gandra da Silva Martins é presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP e do Centro de Extensão Universitária-CEU.*

Negros, liberdade & nação

**Por José Vicente*

No Brasil do passado, os valores e princípios do novo e moderno mundo das luzes que colocavam os indivíduos como sujeitos de direitos inalienáveis e os valores da liberdade, igualdade, justiça e dignidade da pessoa humana como expressão dessa humanidade universal, contraditoriamente, serviram para desumanizar, oprimir e vilipendiar homens, mulheres e crianças negras. Suportados nesses fundamentos, sob o manto da lei, referendado pela ciência, com o silêncio da academia e vista grossa e desinteressada da religião, o país escravizou o maior contingente de negros da história da humanidade.

Por mais de trezentos e cinquenta anos a escravidão e o tráfico negreiro constituíram-se na essência da economia e da vida nacional, tendo definido a fisionomia, o ethos, bem como, promovido os acúmulos econômicos e financeiros públicos e

privados que hoje coloca o país entre as dez maiores economias do planeta.

Depois, o compromisso ético e o sentido da justiça em relação aos negros encontraram um estado e uma sociedade que preferiram a neutralidade e o silêncio, realizando sua substituição pura e simples pelos imigrantes europeus e promovendo sua exclusão da vida política e social, sem direitos políticos, sem indenização. A distorcida república e democracia brasileira, concedeu a liberdade para os negros com uma mão, e os reescravizou num apartheid social com a outra.

No Brasil de hoje, que nesse 13 de maio registra o passamento dos 126 anos da abolição da escravatura dos negros, nos encontramos diante de desafios tão grandes e tão urgentes quanto aqueles enfrentados e vencidos pelos nossos antepassados.

A República, a Democracia, o estado democrático de direito, a justiça,

a igualdade e dignidade da pessoa humana, no mais das vezes tem sido apenas conceitos formais distantes e em muitos sentidos inalcançáveis aos negros ou pelos negros brasileiros. Os negros, maioria da população, continuam invisíveis socialmente e distante dos postos de prestígios dos quadros governamentais ou corporativos. Recebem salários inferiores em relação aos brancos, não tem representação nem participação na agenda política ou na estrutura dos partidos políticos, inexistente na comunicação social escrita, falada e televisada. A mulher negra e a estética negra são preteridas e desqualificadas na estética nacional. Os negros são maioria dos pobres e os jovens negros respondem por setenta e cinco por cento das vítimas de homicídio.

No Brasil de hoje, além dos negros pobres, jogadores negros milionários são agredidos racialmente

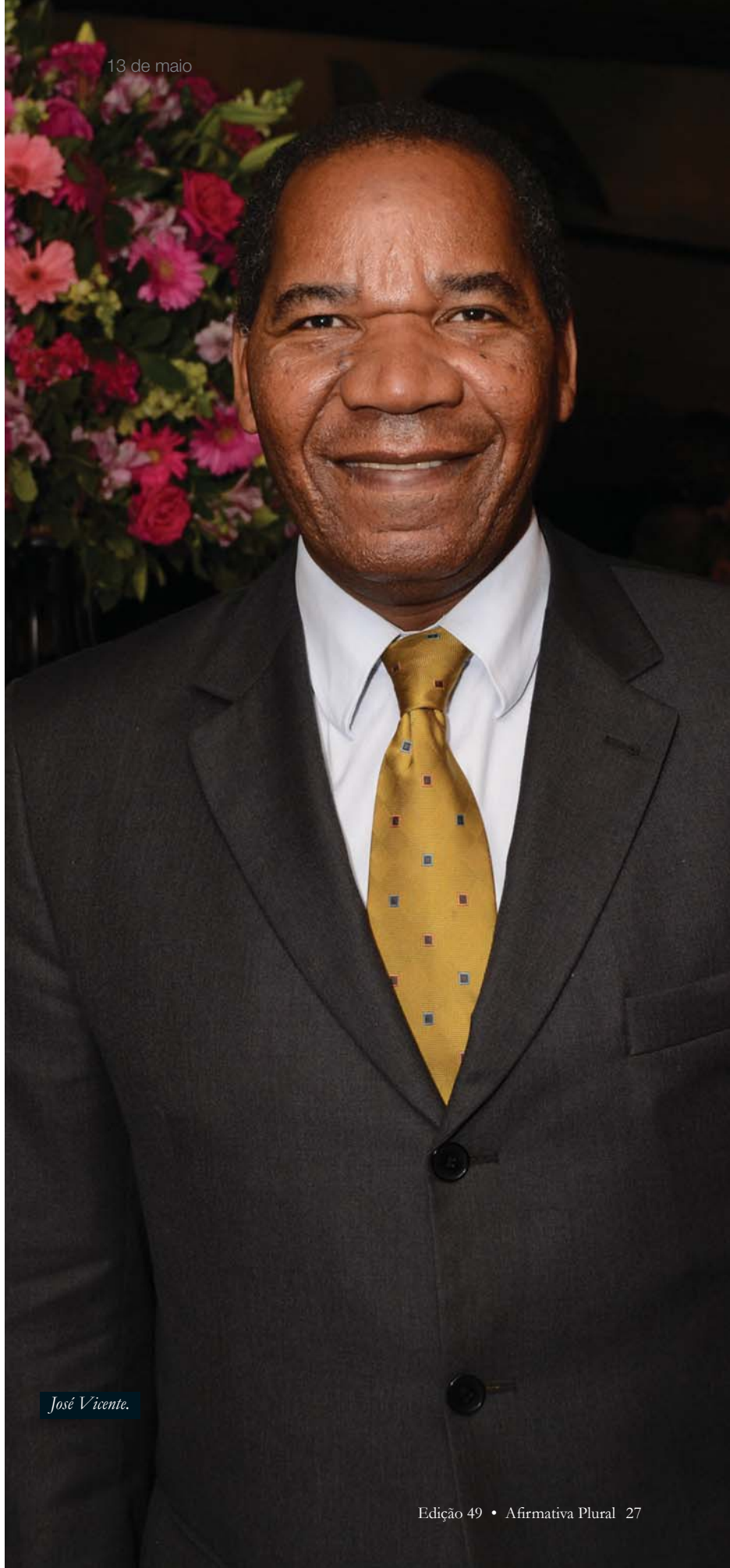
dentro e fora dos estádios. O mais importante e destacado jornalista negro do país e o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal, em razão da cor negra da sua pele são vítimas de crime de racismo, confirmando definitivamente que a discriminação e o racismo contra os negros, além de estrutural e institucionalizado no público e privado, nunca foram simples expressão da discriminação social, e, por isso, muito mais perigosos e potencialmente explosivos.

Assim, seja para real efetivação dos valores universais, seja para promoção da inclusão e justiça social, seja para combate ao preconceito e discriminação racial é exigida do estado e da sociedade atual, a substituição da tradicional neutralidade estatal e silêncio social, por uma ação estratégica focada com a finalidade de induzir e produzir o combate dessas desigualdades estruturais, com ações e políticas estratégicas, objetivas e transformadoras.

As cotas para os negros nas universidades e nos concursos públicos municipais, estaduais e federal, uma ideologia e uma educação democrática, inclusiva e que valorize a diversidade étnica racial do nosso país, são pedras angulares para produzir conhecimento, consciência, tolerância, pertencimento, o fortalecimento das relações étnico racial e uma nova classe média que ajudará o país a dar um salto adiante na participação política, econômica e social dos negros, promovendo sua inclusão, diminuindo as desigualdades, democratizando as oportunidades, e equilibrando o acesso e fruição desses brasileiros nos frutos da riqueza da Nação. ■

**José Vicente é reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares e Doutor em Educação.*

José Vicente.





**HÁ 10 ANOS REUNINDO
OS LÍDERES DO BRASIL
E DO MUNDO POR
UM PAÍS MAIOR.
POR UM PLANETA MELHOR.**

O LIDE - Grupo de Líderes Empresariais acredita que as grandes oportunidades nascem do debate de grandes temas. E que quando os principais líderes se reúnem para dividir experiências e discutir ideias, quem ganha é o mundo.

Por isso, há 10 anos, o LIDE reúne empresários e dirigentes públicos em fóruns de negócios, workshops, seminários e atividades com agenda de desenvolvimento econômico e social. Com a participação de grandes lideranças, os resultados também são expressivos. Presente em 12 países e 4 continentes, o LIDE conta com mais de 1.600 empresas privadas entre as maiores corporações do mundo. Se sua empresa ainda não faz parte do LIDE, está na hora de participar.

LIDE. Quem é líder, participa.



ME abre as portas para o negro

Por Mônica Santos
com a colaboração de Rejane Romano.

A Faculdade Zumbi dos Palmares comemorou, no final de maio, a mais nova conquista da comunidade negra para a diminuição da desigualdade educacional entre negros e brancos no Brasil, que foi o lançamento dos editais de Formação Pré-acadêmica para Pós-graduação e de Mobilidade Discente e Docente, do Programa de

Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento. Um resultado da intervenção da instituição e do Movimento Negro, durante todo o ano de 2013, para a efetivação do programa criado pelo então ministro Aloízio Mercadante, na Afroétnica Flink Sampa. “Mesmo com o número de vagas ainda limitado, ele abre a possibilidade para

que jovens negros tenham acesso à pós-graduação no Brasil e no exterior. É a consolidação de mais um passo importante nessa longa caminhada de inclusão dos jovens negros. Esse processo começou anos atrás e contou com a participação da Zumbi dos Palmares”, disse José Vicente, reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares.

A assinatura dos documentos foi

feita pela secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC), Macaé Evaristo, pelo secretário de Educação Superior, Paulo Speller, e pelo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Guimarães, durante o III Seminário Nacional de Educação Escolar Quilombola, em Brasília. O evento lotou o auditório térreo do ministério e contou com a participação do ministro da Educação, José Henrique Paim Fernandes; da ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros; Elisa Larkin Nascimento, esposa de Abdias,

do reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, além de educadores, quilombolas, representantes dos movimentos negro, indígena e de pessoas portadoras de deficiência.

Os editais produzidos pela Secadi, em parceria com a Capes, são direcionados às instituições públicas de educação superior, federais, estaduais e instituições comunitárias, e tem o objetivo de apoiar cerca de 20 propostas para a criação de cursos de formação para processos seletivos de pós-graduação. As universidades interessadas devem apresentar propostas de cursos de no mínimo 180 horas, em pelo menos duas turmas e duração de até dois anos. De acordo com o

MEC, outra meta é a seleção para projetos de pesquisa entre instituições brasileiras e estrangeiras com modalidades de graduação sanduíche e doutorando sanduíche e de seleção para projetos de cooperação internacional para capacitação de docentes da educação básica. Ao todo, 50 projetos de pesquisas vão ser apoiados. A finalidade é oferecer aos estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, formação em universidades, institutos de educação profissional e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. *“É propiciar que todos esses nossos estudantes,*



Ministros da Educação, Henrique Paim, e da Seppir, Luiza Bairros; Macaé Evaristo, secretária de Educação.



Secretário Paulo Speller, Ministro Henrique Paim e público no auditório.

que estão acessando a educação superior, possam também se preparar para o acesso à pós-graduação, ao mestrado e doutorado”, enfatizou a secretária titular da Secadi, Macaé Evaristo.

Segundo o ministro da Educação, Henrique Paim, esse processo de inclusão não pode parar. “O Brasil tem uma história na área da educação que não nos orgulha. Tivemos vários períodos de crescimento econômico, no país, na agricultura, no processo de industrialização. Ao mesmo tempo que nós tivemos esse processo de crescimento, não tivemos a preocupação com a questão educacional, muito menos com a questão da inclusão”, disse. Nos últimos anos, o Brasil tem vivido um fenômeno importante com a implementação de ações e políticas, o que tem mostrado o esforço do governo em reparar a dívida na educação. “Esse despertar da sociedade brasileira em torno da educação tem que ser acompanhado pela inclusão, pois de nada adianta nós aumentarmos as oportunidades, se nós não tivermos políticas afirmativas que garantam que todos tenham acesso à educação”, pontuou. Ele

ainda acrescentou que “à medida que nós incluímos, nós mudamos o perfil das universidades. O retrato hoje, das pessoas que estão nas universidades, é de pessoas pobres, oriundas de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência”.

Em seu discurso, o ministro da educação cumprimentou o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares “José Vicente, esse evento representa a consolidação de mais um passo importante nessa longa caminhada de inclusão do jovem negro. Esse é um projeto que precisava sair da teorização e mostrar ações objetivas. Esse processo começou há anos e contou com a participação da Zumbi dos Palmares. É uma ação objetiva que inicia a ação de seus efeitos, abrindo a possibilidade para os jovens negros usufruírem dessas ferramentas e fazer as qualificações de pós no Brasil e no exterior e também acessar todos os mecanismos que o projeto coloca à disposição”.

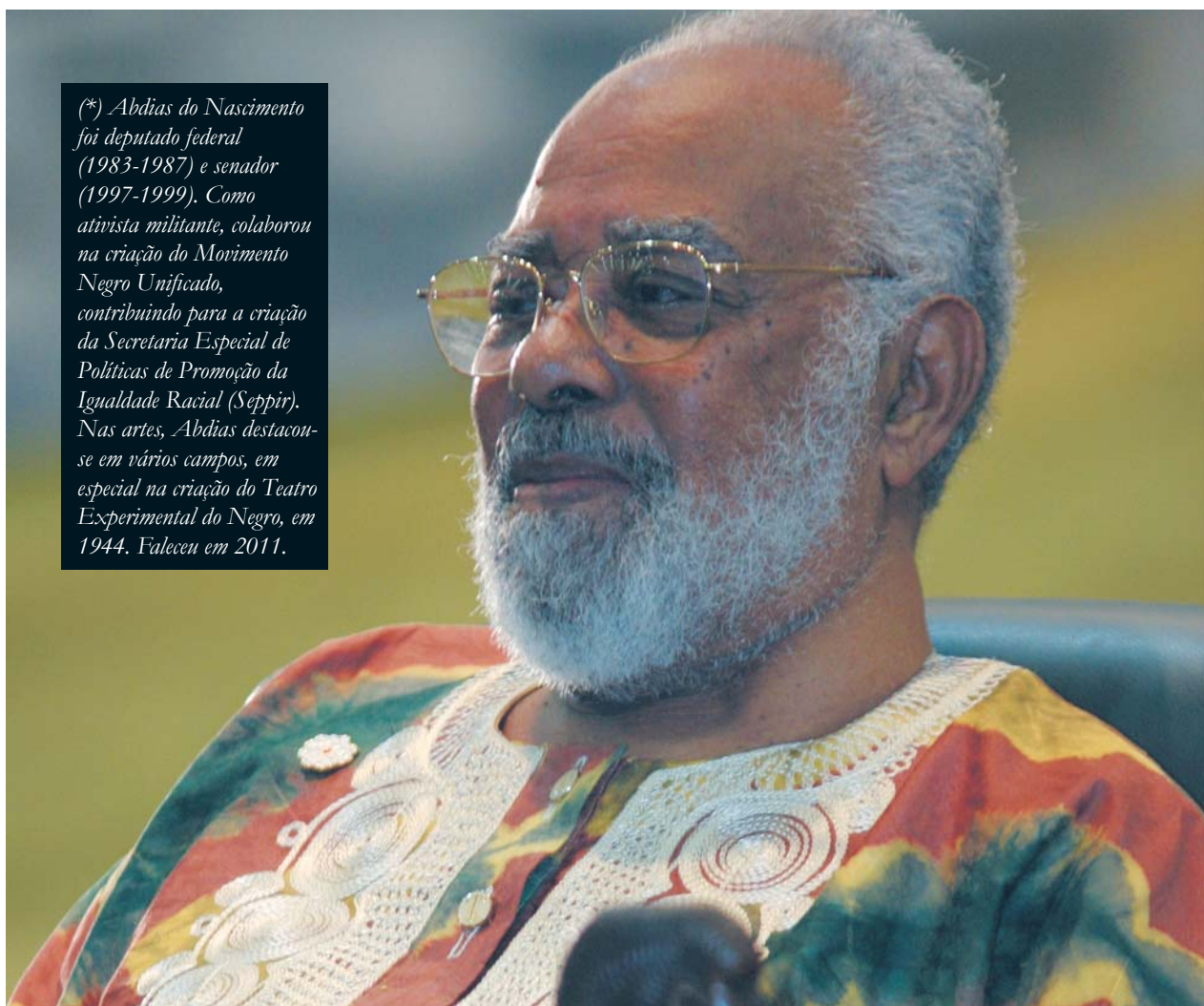
Levantamentos mostram que esse novo perfil das universidades, apontado pelo ministro, teve como um dos fatores preponderantes a Lei de Cotas, instituída pelo governo federal

nas universidades brasileiras em 2012. Dados divulgados, em março deste ano, no site do O Globo, da pesquisa feita pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da UERJ apresentaram, por exemplo, que o número de vagas reservadas para negros, pardos e indígenas subiu 225% de 2012 para 2014. O estudo também mostrou um grande crescimento nas vagas destinadas aos alunos egressos de escolas públicas e de baixa renda. Em 2012, o número era 16.677 e hoje chega a 29.813.

Para a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, sem dúvida alguma, as conquistas das Ações Afirmativas articuladas junto ao governo não são exclusivas à população negra, mas de interesse de toda sociedade brasileira. O lançamento dos editais do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento é uma prova disso, pois contempla negros, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas superdotadas. “É



Mercadante assinando lançamento do Programa Abdias do Nascimento, na Flink 2013.



() Abdias do Nascimento foi deputado federal (1983-1987) e senador (1997-1999). Como ativista militante, colaborou na criação do Movimento Negro Unificado, contribuindo para a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Nas artes, Abdias destacou-se em vários campos, em especial na criação do Teatro Experimental do Negro, em 1944. Faleceu em 2011.*



Ministro Henrique Paim e reitor José Vicente.

muito bom que nós tenhamos sido capazes ao longo do tempo de provocar um efeito tão positivo na forma como essa sociedade opera e, principalmente, na maneira como as instituições pensam a sua própria missão e seus deveres para o conjunto da sociedade”.

“Essa é uma grande lição e uma grande possibilidade. Digamos que nós incorporamos ao repertório político, que a luta se faz com muitos, e se faz pela solidariedade que nós somos capazes de estabelecer com todos os grupos sociais sujeitos de direitos integrais dentro da sociedade. Então, é um passo importante que estamos dando, com ações que se somam em várias áreas da vida social para produzir a igualdade racial como um elemento essencial da democracia brasileira”, concluiu

Reconhecimento à Abdias do Nascimento

“Emocionado estaria meu marido, Abdias do Nascimento, nesse momento em que se vê um passo efetivo no caminho da concretização daquilo que ele dedicou a vida a lutar”, afirmou Elisa Larkin. Para ela, o programa tende a reduzir o privilégio institucionalizado de uma socieda-

de que vem excluindo uma população de um lado, e, de outro lado, empoderando injustamente e de forma acumulada uma minoria privilegiada. “O critério universalista não resolve, nós precisamos de Ações Afirmativas. Nós precisamos de uma Academia que acolha a história riquíssima dos povos africanos, que tem sido relegada a uma série de estereótipos, com seriedade e aprofundamento. Nós estamos precisando realmente de um compromisso do ensino desta história para além do folclore, da diversão culturalista”.

O ponto de partida para o Programa Abdias do Nascimento

Ainda em agosto de 2011 o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, Dr. José Vicente, como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), participou da reunião onde a presidente Dilma Rousseff anunciou que o regime de cotas poderia integrar o programa Ciências sem Fronteiras.

Na ocasião a intenção do programa era enviar estudantes para as 50

melhores universidades do mundo, iniciando com 75 mil bolsas. No entanto, desde a formatação do programa não havia um viés que garantisse a presença de negros dentre estes estudantes, pelo contrário, as exigências caminhavam para que mais uma vez o negro estivesse fora desse processo, como por exemplo, a necessidade da fluência em pelo menos uma língua estrangeira.

Por isso, na reunião do CDES de julho daquele ano, José Vicente manifestou-se em favor de um recorte no programa em prol dos negros. *“Não podemos jogar pela janela a oportunidade de fazer a abolição. E isso acontece através da educação”,* disse o reitor da Zumbi dos Palmares na ocasião.

A partir de então a presidente da República solicitou ao então ministro da Educação, Aloizio Mercadante que tomasse providências. Além disto, para garantir que os negros de fato participassem deste programa a Faculdade Zumbi dos Palmares mobilizou um movimento de coletas de assinaturas através do site da instituição. ■



*Já são mais de 70 livros, em menos de dois anos
de existência da Sesi-SP Editora.*

*Conhecimento distribuído por 12 coleções
que tratam de diversos assuntos, tais como cultura,
educação, esportes, nutrição entre outros,
que demonstram o compromisso de produzir
um conteúdo com qualidade e contribuir para
a formação de um leitor diferenciado
e com crítica apurada.*

*Essa é uma grande história de uma
recente trajetória que o Sesi-SP
faz questão de publicar.*

SESI-SP editora

www.sesispeditora.com.br

programa

Abdias do Nascimento

**Por Marcilene Garcia de Souza*

O ministro da educação Henrique Paim, anunciou no dia 27 de maio dois editais dentro do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento, voltados ao incentivo à pós-graduação e ao financiamento de pesquisas e bolsas-sanduíche no exterior.

A iniciativa é marco importantes na efetivação do Programa, que objetiva proporcionar formação e capacitação de estudantes negros, indígenas e com deficiência, para estudar em instituições no Brasil e no exterior, que são excelência em educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa.

Com o nome do grande ativista, o intelectual negro Abdias do Nascimento, o edital traz à luz a necessidade de maior investimento por parte do Governo Federal em ações que construam um desenvolvimento mais igualitário no país.

O Brasil foi o grande receptor das Américas de negros que foram deportados do continente Africano em condição de escravizados, por essa razão, mesmo com o grande incentivo à imigração europeia com firmes propósitos de branqueamento de sua população, nosso país se tornou a segunda nação mais negra do mundo em números absolutos.

Os desafios para a promoção da igualdade racial para a população negra

(pretos e pardos), que soma mais de 50% da população brasileira, conforme IBGE, 2010, são muitos. Porém, tem sido os obstáculos educacionais, a pobreza, a violência, os mais destacados. Os indicadores sociais ainda comprovam que nos espaços (territórios) de maioria negra, os direitos sociais básicos são mais ignorados e menos cumpridos. Desta forma, apesar do avanço e dos melhores resultados das políticas educacionais nos últimos anos, sabe-se que ainda é necessário o Estado agir afirmativamente no aumento das políticas focalizadas para inserção da população negra na educação, especialmente, na educação superior e na pós-graduação. Por isso, as iniciativas do Ministério da Educação pelo Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento são marcantes.

A conquista deste espaço legitimado socialmente para a população negra, significa muitas coisas (ascensão social, econômica, política etc.), mas, sobretudo, ter acesso a instrumentos capazes de interferir social, política e economicamente nos vários espaços de poder para poder fazer, sugerir, formular e consolidar políticas públicas que tenham efetividade e que não promovam ou mantenham este perfil de desigualdade entre brancos e negros fincadas no Brasil. Esta

tem sido uma das grandes lutas do movimento social negro, nas suas diversas formas de atuação, ao longo do tempo.

Historicamente no Brasil, as universidades públicas nasceram com foco específico na construção de uma nação republicana cujo modelo, copiado da Europa e dos Estados Unidos da América com foco numa educação voltada para interesses de uma elite intelectual e econômica, com propósitos políticos bem definidos de formar quadros para ocupar postos de comando no país, excluindo sempre a população negra. O objetivo seria branquear, padronizar e unificar o perfil étnico-racial do brasileiro. Branquear não somente na cor, mas na ideologia, na cultura, nas representações simbólicas, no jeito de pensar o mundo e de agir.

Esta forma de educar fica explícita quando se constata que, ainda hoje, ser branco no Brasil significa aumentar as chances de obter maior nível de escolarização. Pesquisas comprovam que o cotidiano de exclusão social, discriminação racial e de preconceito racial são fundamentais para colocar negros em desvantagens nas séries iniciais às séries finais e na educação superior.

A discussão sobre a ausência de negros nas universidades públicas é

retomada a partir da década de 1990 com estudos que enfatizam inclusive a ausência de docentes negros neste espaço. A tensão social organizada pelo movimento social negro para a construção de ações afirmativas nas Universidades Públicas através de cotas raciais foi e é marco na história do Brasil. A visibilidade destas políticas focalizadas para negros tem contribuído para contrapor, internacionalmente, do ponto de vista simbólico, a imagem de que o Brasil viveria numa democracia racial.

A educação sempre foi vista pelos negros no Brasil, como algo a ser conquistado. O movimento negro, já no período da colonização e República, organizava-se para prover educação “formal” para as crianças destacando a necessidade de aprimorar o conhecimento e sistematizar as demandas “negras” numa linguagem que é legitimada por este perfil de sociedade.

Por isso, uma grande conquista para a sociedade foi a aprovação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o Ensino de História da África, Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação.

Outras vitórias importantes foram as iniciativas das Instituições de Ensino Superior Públicas de construir programas de ações afirmativas através de “cotas raciais” para estudantes negros nos cursos de graduação assim como, por iniciativa do Governo Federal o Programa Universidade Para Todos - PROUNI, que entre 2005 e 2013, já beneficiou diretamente mais de 600 mil negros (pretos e pardos). Destaca-se ainda a aprovação da Lei Federal 12.711/2012, que assegura 50% das vagas nas



Marilene Garcia.

Universidades Públicas Federais para alunos oriundos de escolas públicas, sendo garantido um percentual para negros. Todas estas são conquistas importantes.

A iniciativa do Ministério da Educação, a partir dos Editais do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento, entra para o rol daquelas iniciativas marcantes, porque contribui para refletir sobre a necessidade de avançar na forma de construção das ações afirmativas na educação considerando as suas finalidades para construir igualdade de oportunidades para grupos vulneráveis às discriminações. No mesmo sentido, demonstra um olhar atendo do Governo Federal,

através do Ministério da Educação, de que não pode haver desenvolvimento econômico excluindo metade de sua população que é negra, por isso, oportunizar que negros tenham acesso a conhecimentos especializados é essencial e necessário para e na construção deste novo modelo de sociedade que se espera ser. Se temos talentos negros no Brasil, precisamos aproveitá-los e as áreas de tecnologias avançadas são espaços importantes e estratégicos. Este é sem dúvida, um olhar inteligente e estratégico para o desenvolvimento do Brasil. ■

**Marilene Garcia de Souza é doutora em Sociologia e professora da Faculdade Zumbi dos Palmares.*

Cantora Hagit Yaso.

OS negros de Israel

Por Rejane Romano

Com direito a registro de recorde no livro dos recordes Guinness Book, o deslocamento dos etíopes para Israel é um fato histórico de destaque.

Com a Etiópia envolvida em profunda e brutal guerra civil, 14.200 membros dessa comunidade foram transportados de avião para Jerusalém pelas Forças de Defesa de Israel, em apenas 25 horas.

Isto porque os judeus negros da Etiópia conhecidos como falashas, pertencentes das comunidades de judeus negros espalhadas pelo continente africano e que se autodenominam “Beta Israel”, por quase 3.000 anos mantiveram sua fé e identidade lutando contra a fome, a seca e as guerras tribais.

Os falashas haviam sido separados de outros judeus por milhares de anos. Nenhum deles jamais saíra de seus vilarejos, mas observavam o shabat (nome dado ao dia de descanso semanal no judaísmo) e mantinham rígidas leis rituais da forma como estão descritas no Torá (texto central do modo de ser e viver do judaísmo).

Havia judeus espalhados em todo continente africano. Os lembas no Zimbábue e na África do Sul, os igbos, na Nigéria, e os ybir ou yeber, na Somália, além de outras tribos em Moçambique, Camarões, Costa do Marfim, Gana e Quênia. Eles já eram conhecidos dos judeus europeus desde o século 19, quando missionários britânicos que viajavam pela Etiópia, encontraram as primeiras tribos.

Em 1947, foram oficialmente reconhecidos pelos rabinos-chefes de Israel, antes mesmo de o país ganhar sua independência. “Muitos nunca haviam saído de seus vilarejos e se espantaram ao ver um judeu branco”, diz Cecília Ben David, professora de



Foto: www.jenish.esponet.com

Yitish, primeira mulher negra a vencer o Miss Israel.

cultura judaica da Casa de Cultura de Israel, em São Paulo.

A origem dos judeus negros não está clara e se mistura com a mitologia bíblica. Porém, se a origem de algumas tribos é mitológica, a de outras têm comprovação científica. É o caso dos lembas, que tiveram sua origem semita comprovada por DNA numa pesquisa de 2010, liderada por Tudor Parfitt, professor de estudos judaicos modernos da Universidade de Londres, na Inglaterra, e autor do livro *As Tribos Perdidas de Israel – A História de um Mito*.

Os judeus da Etiópia sofriam as mesmas discriminações que os demais, na diáspora. Mas em maio de 1991, os falashas partiram em busca de uma nova vida. O então embaixador de Israel na Etiópia, Asher Naim, idealizou a ação que se tornou conhecida como Operação Salomão, que posteriormente foi narrada no livro *Saving the lost tribe* (Salvando a tribo perdida).

No outono de 1990, quando foi

nomeado pelo governo israelense para o cargo de embaixador em Adis Abeba, a identificação de Naim com os judeus etíopes foi imediata. Ele queria dar continuidade à chamada Operação Moisés, iniciada em 1985 pelos israelenses com o apoio dos norte-americanos e que durante três anos, tentou tirar do país dezenas de milhares de falashas através do Sudão, levando-os de barco para Israel. O sucesso daquela operação foi relativo, pois na época, só oito mil pessoas conseguiram fugir; o restante adoeceu na viagem e muitos voltaram à Etiópia tendo inclusive se separado de suas famílias.

Para que desta vez o êxodo desse certo Naim trabalhou em vários campos simultaneamente. Negociava com Mengistu Haile Mariam (chefe de estado da República Democrática Popular da Etiópia de 1974 a 1991), coordenava logística e estratégias com os militares israelenses e arrecadava doações, freneticamente, através de contatos nos Estados Unidos.

Enfim, no dia 23 de maio de 1991, decidiu que havia chegado a hora de convocar a Força Aérea Israelense: a Operação Salomão devia começar imediatamente. O ditador Mengistu aceitara as condições, mediante pagamento em espécie e impondo segredo absoluto.

Os primeiros aviões israelenses aterrissaram no aeroporto de Adis Abeba e uma equipe de comandantes muito bem preparados se posicionou para proteger a missão a qualquer custo.

No total, em pouco mais de um dia, 14.200 emigrantes foram levados para o aeroporto Ben-Gurion, em Tel Aviv. Trinta e cinco aviões militares e civis fizeram 41 voos. Em um dado momento, havia 28 aviões no ar. Um dos Jumbos, que normalmente poderia levar 500 passageiros, transportou de uma só vez 1.087 pessoas, sendo este feito anotado no Guinness.

Em Israel, a adaptação dos imigrantes não foi fácil. A maioria era muito jovem e sem cultura nenhuma,



Foto: firs.org.br



Cantora Hagit Yaso ao centro, recepcionada pelo reitor José Vicente e Coral Zumbi.

e no princípio sofreram desconfiança e rejeição por parte de alguns por causa de sua cor. Por isso vários institutos desenvolveram projetos especiais de educação intensiva para as crianças, como por exemplo, a escola Beth Zipora, no sul de Israel.

De 1980 a 1992, cerca de 45 mil judeus etíopes migraram para Israel, que em 2010 já contava com quase 120 mil residentes. Apenas 8 mil deles continuam na Etiópia. Entre os que migraram permanece o sonho de formar líderes, médicos, engenheiros e até generais.

Primeira mulher negra a ser eleita Miss em Israel

Uma das posições alcançadas ineditamente em 2013 foi a conquistada pela jovem de 21 anos, Yitish Aynaw, primeira mulher negra a vencer concurso de Miss Israel.

Yitish venceu quatro concorrentes no concurso Miss Israel 2013 com um discurso ousado no qual falou de sua paixão por Martin Lu-

ther King: “lutou pela igualdade e por isso estou aqui”, disse.

De acordo com o jornal “Yedioth Ahronoth”, a Miss declarou: “*Para mim é uma missão representar as diferentes cores que convivem em Israel*”, disse Aynaw, que trabalhava em uma loja de roupas e nunca tinha participado de concursos de beleza nem desfilado.

A Miss Israel de 2013 havia imigrado há doze anos da Etiópia, valendo-se na Lei do Retorno, que permite a qualquer pessoa com pelo menos um avô judeu pedir a nacionalidade israelense.

Cantora Hagit Yaso visita Zumbi dos Palmares

No último dia 9 de maio, a Faculdade Zumbi dos Palmares recebeu a visita da consagrada cantora etíope-israelense Hagit Yaso, vencedora do reality show musical Kokhav Nolad, versão israelense do SuperStar.

Hagit é filha de pais etíopes que migraram para Israel na década de 80 e já fez parte de uma banda com suas

irmãs: a Sderot Youth. Após o seu sucesso no reality show, Hagit e seus pais foram convidados pelo presidente, Shimon Peres, para discutir questões relacionadas à imigração de etíopes para Israel.

Hagit se apresentou pela primeira vez no Brasil e na Hebraica, com o show especial de Iom Haatzmaut em maio próximo passado.

A vencedora do programa de talentos da TV Israelense, tem encantado o público mundo afora.

Na Zumbi dos Palmares, Hagit foi recepcionada também, além do reitor José Vicente, pelo Coral da faculdade. Eles cantaram algumas músicas e Hagit também cantou para eles, à capela.

Convidada para o Troféu Raça Negra 2014, Hagit já aceitou o convite e é presença confirmada para o “Oscar” brasileiro. ■

Com dados dos sites do Beit Chabad do Brasil (www.chabad.org), da Revista Morasha (www.morasha.com.br).

Afrobras, Faculdade Zumbi dos Palmares e Memorial da América Latina
APRESENTAM:

Agência Experimental Faculdade Zumbi dos Palmares @bruhMMs



FLINKSAMPA

AFROÉTNICA

FESTA DO CONHECIMENTO, LITERATURA E CULTURA NEGRA

22 e 23 Novembro - Memorial da América Latina

CONCURSO LITERÁRIO - MOSTRA DE CINEMA - SEMINÁRIO INTERNACIONAL - ESPAÇO AFROKIDS
FESTIVAL DE GASTRONOMIA - RODADA DE NEGÓCIOS - MODA E BELEZA - SHOWS - EXPOSIÇÃO DE ARTES

mais da programação: www.flinksampa.com.br



FACULDADE
ZUMBI DOS PALMARES
SÃO PAULO - BRASIL



SECRETARIA DE
ESTADO DA CULTURA



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO



CAROLINA MARIA DE JESUS

Centenário de Carolina Maria de Jesus "Mulheres Negras: Intelectualidade, Arte, Combate e Resistência", patrona da FLINK 2014

Debate com Renomados Escritores

ENTRADA
FRANCA



PAULO LINS
escritor



PAULINA CHIZIANE
escritora



KABENGUELE MUNANGA
professor



RAPPIN HOOD
rapper



GLÓRIA MARIA
jornalista



LUCIANO COUTINHO
Presidente do BNDES



MARTINHO DA VILA
sambista



HERALDO PEREIRA
jornalista



TONI MORRISON
escritora



EMICIDA
rapper

JOAQUIM BARBOSA, ministro



TROFÉU RAÇA NEGRA 2014
24 Novembro, na Sala São Paulo





Flink Sampa,

Festa da Literatura e Cultura Negra

A Afroétnica Flink Sampa, Festa da Literatura, Conhecimento e Cultura Negra, em sua segunda edição, é um evento multimídia, com entrada

franca e censura livre, que acontecerá de 20 a 23 de novembro de 2014, no Memorial da América Latina, na capital paulista. O público terá aces-

so a atividades diversas e complementares. O destaque deste evento será a Literatura, que terá como Patrona a escritora Carolina Maria de



Foto: Agência Brasil - Marcelo Camargo - ABr

Jesus. Uma festa literária com ênfase na divulgação da obra e da produção de diferentes autores afrodescendentes, mostras culturais e o diálogo acadêmico, no formato de um Congresso, envolvendo personalidades da literatura nacional e estrangeira, em torno do tema História da África e do Negro Brasileiro.

O objetivo da Flink Sampa é democratizar informações relevantes e fomentar o crescimento intelectual, principalmente do jovem em formação acadêmica.

A festa tem como meta apresentar, em formato inédito, as ações e

expectativas de uma classe média negra consolidada intelectualmente. Todas as atividades permitirão o acesso à literatura e a autores negros e não negros, renomados, à informação, ao entretenimento, a novos negócios e ao intercâmbio acadêmico.

Nesta segunda edição, a inovação maior é sair do limite do entretenimento de um evento, ao propor atividades capazes de provocar reflexão, diálogo, informação, como debates e lançamentos de livros focado em escritores negros, que tem na Flink a oportunidade de apresentar seus trabalhos pouco divulgados no país.



Ana Maria Gonçalves.



Paulo Lins.



Toni Morrison.

Dentre as atividades a serem desenvolvidas haverá eventos literários que incluirão: Espaço nobre para as Editoras; Lançamento de Obras da autora Carolina Maria de Jesus; Estudo sobre a vida e obra da patrona; Palestras e debates com escritores renomados, nacionais e estrangeiros; Lançamento e relançamento de livros destes escritores.

Entre os escritores convidados do Brasil e do exterior, estão: Isabel Ferreira (Angola); Irene Neto (filha do Poeta Agostinho Neto); Alice Walker (EUA); Toni Morrison (Nobel –EUA); Wole Soyinka (Nobel – Nigéria); Paulina Chiziane (Moçambique); Mia Couto (Moçambique); Paulo Lins (Brasil); Ana Maria Gonçalves (Brasil); Audálio Dantas (Brasil) e Haroldo Costa (Brasil).



Benedita da Silva.



Foto: Magdalena Gutiérrez/ Acervo Pr.FHC

Fernando Henrique Cardoso.



Glória Maria.



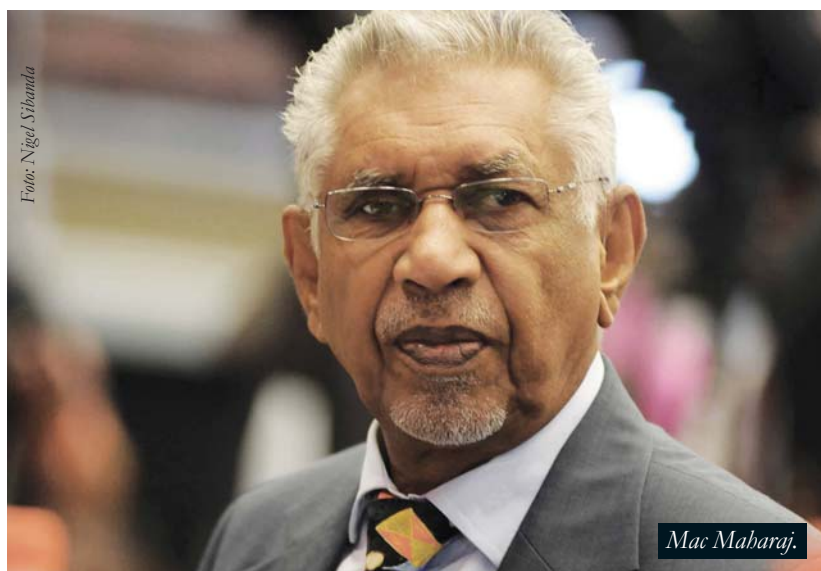
Luciano Coutinho.



Luiz Inácio Lula da Silva.



Celso Lafer.



Mac Maharaj.



José Lima de Andrade Neto.

Além disso haverá também espaço para empreendedorismo, com Rodada de negócios e palestras com especialistas sobre como montar sua empresa e ter sucesso em seus negócios, palestras com presidentes de grandes empresas; Seminário Internacional com palestrantes renomados como os ex-presidentes da República do Brasil -Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva; Luciano Coutinho (presidente do BNDES); Ayres Britto (ex-presidente do Supremo Tribunal Federal); Sepúlveda Pertence (ex-presidente do Supremo Tribunal Federal); Nelson Jobim (ex presidente do Supremo Tribunal Federal); Ministro das Relações Exteriores, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado; Ministro da Educação, Henrique Paim; Murilo Portugal (ex diretor do FMI e presidente da FEBRABAN); Murilo Ferreira (Presidente da Vale); Luis Carlos Trabuco (presidente Bradesco); Fabio Barbosa (presidente do Conselho de Adm. Da Abril), entre outros.

A Flink Sampa ainda terá exposições de arte e escultura, cinema, teatro, dança, exposição e venda de produtos étnicos da cultura afro brasileira, shows com renomados artistas, artistas revelação etc. ■



Carolina

de

Jesus

sua importância na literatura

**Por Rita de Cássia Camargo dos Santos
Co-autoria: Lina Brandão de Aras.*

Este artigo tem como objetivo principal analisar a trajetória literária da escritora Carolina Maria de Jesus, buscando identificar as visões de mundo da narradora.

Escritora nascida em Sacramento (MG) e falecida na cidade de São Paulo. Era moradora da favela do Canindé na capital paulista, em 1950, surpreendeu o meio literário com a publicação de seu diário livro, traduzido para 29 idiomas.

Carolina de Jesus estudou até a segunda série do curso primário, em uma cidade pequena do interior de Minas Gerais e trabalhou como lavradora. Migrou para São Paulo, exerceu função de empregada doméstica e se manteve, na maior parte do tempo, como catadora de papel, ferros e estopa, Carolina era mãe solteira de três filhos pequenos. Sua história pessoal de miséria não impediu que alcançasse um sucesso extraordinário como escritora, ainda que pudesse gozar desse reconhecimento por diminuto espaço de tempo.

A sua primeira publicação em 1960 intitulada *Quarto de Despejo* narra o cotidiano de Carolina na segunda metade da década de 50 do século passado. Trata-se de uma narrativa autobiográfica, na qual descreve, através de um diário, sua vida como moradora da favela do Canindé, perpassando por suas relações com os filhos, vizinhos e amigos.

Quarto de Despejo (1960) teve projeção internacional no período em que foi publicada, em que pese ser - até os dias de hoje - pouco apontada na historiografia literária nacional. As outras seis produções são: *Casa de Ladrilhos* (1962); *Pedaços da Fome* (1963) *Provérbios* (1963); *Diário de Bitita* (1986); *Meu Estranho Diário*

(1996) e *Antologia Pessoal* (1996).

O diário registra fatos importantes da vida social e política do Brasil. A escrita do texto se inicia em 1955 e termina em 1959. *Quarto de Despejo* elucida os acontecimentos do cotidiano de Carolina, durante cinco anos, com uma linguagem coloquial, marcada pela presença de escrita fora do padrão normativo, devido à sua formação educacional.

Carolina mostrou ao mundo o cotidiano de miséria, isto é, a realidade social brasileira vivenciada por ela, ao narrar suas memórias. Assim a escritora realiza uma reflexão acerca do lugar de fala do escritor (a) onde o mesmo (a) se apresenta e traça um novo olhar no que tange à realidade social brasileira.

“ Era moradora da favela do Canindé na capital paulista, em 1950, surpreendeu o meio literário com a publicação de seu diário livro, traduzido para 29 idiomas. ”

Inúmeras vezes, a autora foi chamada de *a favelada que escrevia*. Esta expressão atesta ainda, a dificuldade de aceitação de um novo perfil de escritoras e narrativas muito diferentes das tradicionalmente aclamadas pelo cânone brasileiro. Carolina de Jesus como escritora que redimensionou seu lugar de fala, trouxe nova perspectiva estética em sua narrativa. Levando-se em conta que a escritora é retrato de um cotidiano ignorado e, ou quando é narrado, e por escritoras

que não vivenciam tal realidade.

A sua segunda produção, chamada *Casa de Ladrilhos* (1963), narra a passagem de Carolina, após o sucesso de sua primeira publicação *Quarto de Despejo*, para uma casa de alvenaria, demonstrando que a partir do sucesso de sua obra a mesma teve uma ascensão econômica e social. Especificamente, o texto demarca também os conflitos de classe vivenciados pela autora neste novo lugar social.

No período em que Carolina surge no cenário literário brasileiro, temos também as escritoras Cecília Meireles, Raquel de Queiroz e Lígia Fagundes Telles, todas já consagradas. No mesmo momento, surgem Nelida Pinõn, Clarice Lispector, Henriqueta Lisboa, Anajá Cardoso, Maria Alice Barroso (MEIHY, 1998, p.82-91). Dentre as produções brasileiras, o trabalho de Carolina chamará a atenção de escritoras(es) e demais intelectuais brasileiros (os) e estrangeiros (as), tal como é o caso de Jorge Amado, Roger Grénier, Nobuo Hamaguchi, Leonel Brizola, Alberto Moravia, David Saint Clair, Johaness Gerold e Eva Vatarí. O período em que a escritora ganha visibilidade no cenário literário brasileiro e internacional foi marcante em sua trajetória. Contudo, o retorno financeiro que adquiriu não foi muito e por período curto.

Após a publicação do livro *Quarto de Despejo*, e o grande sucesso, a autora passa a ter dificuldades em publicar seus trabalhos posteriores. A autora relata isso no livro *Casa de Ladrilhos*.

Temos também o lançamento de seu novo livro *Pedaços da Fome*, no ano de 1963. A produção dará ao leitor um panorama da sociedade brasileira, através do olhar da personagem Maria Clara. Ela, tomada pela vontade de

viver um grande amor, ilude-se ao acompanhar Paulo, que a engana, prometendo à mulher uma vida melhor na capital. Ao chegar à cidade grande, a personagem passa por inúmeras privações e humilhações. No mesmo ano de 1963 em que Carolina publica *Casa de Ladrilhos* e *Pedaços da Fome* também irá publicar o livro *Provérbios*.

Já no ano de 1986, após a morte de Carolina, é publicado o livro *Diário de Bitita*, que compõe junto aos livros *Quarto de Despejo* e *Casa de Ladrilhos*, a trilogia de diários da escritora. O livro *Diário de Bitita* narra a infância da escritora na cidade de Sacramento, no estado de Minas Gerais, onde nasceu a narradora. O texto nos mostra, dentre outras coisas, a influência de seu avô em sua formação intelectual. Benedito M. da Silva tinha como dom a palavra e era a quem Carolina apelidou de “Sócrates Negro”. A autora aponta a importância do avô em sua trajetória literária, pois fora criada por ele e sua mãe. E através das histórias que Benedito contava levava a escritora ao universo desconhecido e instigante da imaginação.

Segundo Silva (2010) as produções literárias de mulheres negras são apartadas do conjunto considerado como produção feminina e/ou feministas e nos remetem à existência de desigualdade de gênero a partir da origem histórica, econômica e racial dessas mulheres produtoras de saberes. Destacam-se as relações de poder entre mulheres determinadas pelo “feitiço da branquidão”. No domínio do senso comum, já é amplamente difundido que o padrão de conhecimento é masculino e branco.

Nesse contexto, as mulheres negras dos movimentos sociais brasileiros, para além dos eventos políticos



Carolina Maria de Jesus com seu maior sucesso, o livro “quarto de despejo”.

que têm promovido, também inserem um novo olhar sobre a vivência da população negra. Todavia, ainda, são poucas as publicações em que a identidade da mulher negra é abordada como tema de estudo nas questões que tocam à sua pertença étnico-racial, de gênero e de classe no contexto da produção feminista. Fazendo, assim, com que se atente para as múltiplas combinações de signos existentes no feminismo, que se somam às identidades plurais. Logo, como destaca Silva:

“ Carolina de Jesus, dentre outras inúmeras autoras, ansiava falar, expor seus motivos e realidade. ”

A “Literatura afro-feminina”, nessa perspectiva, é uma produção de autoria de mulheres negras que se constitui de temas femininos/ feministas negros comprometidos com estratégias políticas emancipatórias e de alteridades, circunscrevendo narrações de negritudes femininas/ feministas por elementos e segmentos de memórias ancestrais, de tradições e culturas africano-brasileiras, do passado histórico e de experiências vividas,

positiva e negativamente, como mulheres negras. Por esse projeto literário, figuram discursos estéticos inovadores e diferenciadores em que vozes literárias negras e femininas, destituídas de submissão, assenhoram-se da escrita para forjar uma estética textual em que se (re) inventam a si e a outros e se cantam repertórios e eventos histórico-culturais negros (SILVA, 2010, p.24).

Assim, a literatura produzida por mulheres negras vem se transformando constantemente, por uma necessidade de novos paradigmas, que atendam às necessidades de nós, mulheres negras, que não nos vemos refletidas na narrativa canônica nacional a própria realidade. O esforço e as vitórias da população negra brasileira não diminuem o controle instaurado do cânone literário e dos intelectuais que o representam, deixando à margem produções literárias que refletem a realidade social brasileira a partir de outro ângulo prismático. Carolina de Jesus, dentre outras inúmeras autoras, ansiava falar, expor seus motivos e realidade. Desta forma, a voz escrita da autora promove uma transformação, ainda em andamento na sociedade brasileira que aponta o pertencimento étnico racial, de classe e de gênero, em particular, no campo

da literatura, como determinantes da visibilidade destas produções no cânone literário.

Podemos dizer, se a literatura representa poder, este foi o mecanismo mais eficiente de colocar em prática, ou seja, em evidência, os problemas sociais que tanto assolam a realidade de mulheres negras. A literatura, assim, precisa ser ferramenta que contribua para a eliminação do sexismo, racismo. No imaginário social, a figura do escritor, ou melhor, “ser-escritor” é representado como pensador e criador. Talvez essas duas características atribuídas ao escritor fomentem a recusa do reconhecimento de escritoras e escritores negros. Vale à pena sublinhar: capacidade humana de criar e de pensar (FANON, 1979). Atributos estes que Carolina de Jesus esbanja de forma elegante, levando a mentalidade racista, sexista e classista a contrariar, contestar, ou reconhecer de forma subalterna. Isto é, trata-se de uma forma de “inclusão excludente”, o que significa que Carolina não é considerada uma escritora unicamente, e sim, uma escritora negra. Neste caso, o termo negro possui a função de colocá-la em uma posição hierárquica inferior ao escritor branco (CLEAVER, 1971).

A explicação mais corriqueira para o best-seller, ou melhor, para o redundante sucesso da obra de Carolina de Jesus (à época no Brasil) é atribuída à figura exótica, propagada pelo jornalista responsável em inserir a escritora no meio editorial na época Audálio Dantas, ou seja, ele a converteu na exceção que simboliza; logo, não ocorre o reconhecimento do valor literário de sua obra e, igualmente, da autora no país. Enquanto escritores brancos, Graciliano Ramos

e Raquel de Queiroz, por exemplo, podem vir a abordar temas como a pobreza, porém, nunca serão classificados como exóticos pelos intelectuais brancos de classe média alta.

Carolina, narrando sobre o cotidiano da miséria, transforma-se em exótica. Isto significa que, de maneira geral, a obra de um autor (a) branco(a) não é desvalorizada em virtude de sua pertença étnico-racial, enquanto que, para as escritoras(es) negras(os), tal avaliação ocorre de modo contrário, ou seja, a sua pertença étnico-racial na maioria das vezes, é determinante para a desvalorização de sua obra e vida.

“Podemos dizer, se a literatura representa poder, este foi o mecanismo mais eficiente de colocar em prática, ou seja, em evidência, os problemas sociais que tanto assolam a realidade de mulheres negras.”

A falta de reconhecimento da escritora negra e do escritor negro indica o não lugar dessas pessoas na literatura, esta mesma literatura que se autoproclama universal, ou no máximo nacional, com ambição universalista. Assim, como aponta a epistemologia feminista, a teoria pós-colonial e particularmente a própria literatura de Carolina de Jesus.

Já que produzir literatura sempre foi atribuído a pessoas vindas de

classe alta e de origem racial branca, que estavam em posições econômicas e políticas de destaque.

Porém quando se inverte a ordem de quem fala e de quem produz esta literatura, tem-se novas histórias, as histórias omitidas, mal vistas, dos vencidos, daquelas pessoas que, durante muito tempo, foram vistas como intelectualmente incapazes de contar a própria história. Suas vozes foram silenciadas, pois as mesmas traziam as mazelas sociais que sofriam: o descaso, a pobreza, a corrupção, a desordem que não se equiparava com aquilo que se considerava literatura.

Baseando-se em Bhabha, observamos que o discurso racista, sexista e classista brasileiro anula da sociedade, através de estigmas, figuras como Carolina de Jesus – que, ao momento que se lança como escritora, tem sua imagem automaticamente revestida de estigmas e estereótipos, construídos e sustentados ao longo dos anos e, revelados por meio de nomenclaturas dadas a ela tais como: a favelada que escrevia e também outras frases que desqualificam sua imagem e produção literária. Parafraseando Schopenhauer (2009) acreditamos que a autora pode ser considerada pensadora, tal como vemos a seguir:

Os eruditos são aqueles que leram coisas nos livros, mas os pensadores, os gênios, os facho de luz e promotores da espécie humana são aqueles que as leram diretamente no livro do mundo.

A leitura não passa de um substituto do pensamento próprio. Trata-se de um modo de deixar que seus pensamentos sejam conduzidos em andadeiras por outra pessoa. Além disso, muitos livros servem apenas para mostrar quantos caminhos falsos existem e como uma pessoa pode ser extraviada se resolver segui-lo.

Mas aquele que é conduzido pelo gênio, ou seja, que pensa por si mesmo, que pensa por vontade própria, de modo autêntico, possui a bússola para encontrar o caminho certo (SCHOPENHAUER, 2009, p.42).

Carolina ousou olhar o mundo com seus próprios olhos e utilizou os livros para estabelecer um diálogo crítico com os autores(as) do mesmo período.

Há um número de pesquisadoras (es) das ciências humanas têm se debruçado sobre a obra de Carolina de Jesus. Destacamos o trabalho daqueles que se ocuparam do livro *Quarto de Despejo*, com a intenção de verificarmos os motivos impulsionadores das pesquisas e a que conclusões chegaram ao ler o texto. Tal como Meihy (1998, p. 82-91), que afirma ainda são poucas as reflexões que permitam que os leitores analisem os vários aspectos da visão de mundo de Carolina. Ainda destaca que, os estudos sobre a literatura brasileira, ancorados na análise de discurso, restringiram-se à interpretação de personagens imaginárias, não considerando os aspectos sociais em sua totalidade. O autor ainda considera que, atualmente, este quadro de investigação na área de literatura se ampliou, porém ainda está longe do ideal a que se espera, para que a produção literária de Carolina e demais escritoras negras se tornem visíveis no cenário literário nacional.

Importante perceber o quão representativa é a produção literária *Quarto de Despejo*, pois, exprime, segundo Meihy (1998, p.82-91), qual seria o teor da obra de Carolina como cultura popular urbana. Em primeiro lugar, seus escritos como manifestação formal. Seus erros gramaticais, em contraste com a difícil explicação de seu vocabulário, representam



Rita de Cássia Camargo dos Santos.

faceta que fundem uma necessidade expressiva a afetação de quem vê a literatura como poder.

“ Carolina ousou
olhar o mundo com
seus próprios olhos
e utilizou os livros
para estabelecer um
diálogo crítico com os
autores(as) do mesmo
período. ”

Nossa conclusão é de que a pro-

dução literária da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus nos revela um projeto para a sociedade brasileira, para a população negra ou mesmo para mulheres negras através do seu conteúdo e serve de âncora para que as mulheres negras e população negra, em geral, inspirem-se politicamente na construção de um projeto para a sociedade brasileira, solidificado - em finais da década de 1980 - por uma população negra que logrou construir uma identidade de projeto. ■

**Rita de Cássia Camargo dos Santos é professora da Faculdade Zumbi dos Palmares e mestre em Estudos Feministas.
Co-autoria: Lina Brandão de Aras, professora da Universidade Federal da Bahia.*

"A Faculdade Zumbi dos Palmares chega aos 10 anos. E durante este período eu pude vivenciar a mudança de história dos jovens negros através da educação. São mais de mil alunos graduados, sendo que 90% empregados e 70% efetivados em grandes empresas brasileiras e internacionais. Se você é um jovem em busca de uma faculdade conheça a Zumbi dos Palmares. E se você é alguém que como eu, quer mudar mais vidas através da educação, apoie essa iniciativa."

Cinara Leal - Atriz



Av. Santos Dumont, 843 (dentro do Clube
de Regatas do Tietê) próximo ao Metrô
Armênia - Tel: 3325-1000

A atriz Cinara Leal, empresta a sua imagem para
a promoção de mais acesso dos jovens negros no
mercado de trabalho e no ensino superior.



FACULDADE
ZUMBI DOS PALMARES
SÃO PAULO - BRASIL

valeu Madiba!

Por Rejane Romano

Ao decorrer da vida do ativista, ícone da luta pela igualdade racial, Nelson Mandela, que morreu aos 95 anos, no dia 5 de dezembro de 2013, após sofrer um quadro de infecção pulmonar, muitas foram as homenagens

aquele que pôs fim à política do Apartheid em seu país e escreveu seu nome na história com o feito de após 27 anos de prisão tornar-se o primeiro presidente negro da África do Sul e ser premiado com o Nobel da Paz.

Há várias curiosidades e histórias que nos fazem se não amar, realmente admirar, ao homem que carinhosamente era chamado de Madiba (nome do clã Thembu ao qual Mandela pertenceu).



Nelson Mandela.

Histórias como sua ousadia, aliada à sabedoria, ao dedicar sua luta por uma África mais igualitária investindo na transformação através do esporte. Num primeiro momento, quando realizou a Copa Mundial de Rúgbi, na qual a África do Sul venceu, contra

todos os prognósticos. Esta vitória serviu como elemento de união nacional em superação a segregação racial. E em 2010 na Copa da África, quando foi um dos grandes idealizadores do evento no país, a fim de aproveitar os holofotes e buscar um

legado para que os africanos pudessem desfrutar mesmo após o Mundial de Futebol.

Mandela, de semblante dócil, tinha a resiliência de poucos. Além da aproximação com os esportes, foi na arte que Madiba buscou forças enquanto ocupava a pequena Cela 4, da Ala B, da prisão de Robben Island, em uma ilha a 11 quilômetros da Cidade do Cabo, onde passou parte da sua vida preso. O poema “Invictus”, escrito pelo poeta inglês William Ernest Henley em 1875, serviu para acalantar o sofrimento e dar energia para que ele seguisse adiante, como o mesmo contou.

Por conta de sua inabalável fé e luta por seus ideais, assim que o atual presidente da África do Sul, Jacob Zuma, anunciou a morte de Mandela, demonstrando pesar ao dizer: “*Ainda que soubéssemos que esse dia iria chegar, nada pode diminuir nosso sentimento de perda profunda*”, milhares de pessoas saíram às ruas das principais cidades do país para homenagear o seu maior líder. Em Johannesburg, onde o líder negro morava e faleceu, milhares de moradores do bairro de Soweto tomaram as ruas próximas a casa onde Mandela morou. Além de dançar, eles cantavam músicas famosas na época em que ele estava preso e que pediam sua libertação.

Músicas estas que foram lançadas pelas mais distintas bandas, nos mais diversos países. Canções que pediam por libertação, que elogiavam e exaltavam ao líder negro. Mandela também é tema de filmes, livros, teses...

Reverências

1984

“Free Nelson Mandela”, foi lançada pela banda britânica The Specials, que fez uma das primeiras



Invictus

*Dentro da noite que me rodeia
Negra como um poço de lado a lado
Agradeço aos deuses que existem
por minha alma indomável*

*Sob as garras cruéis das circunstâncias
eu não tremo e nem me desespero
Sob os duros golpes do acaso
Minha cabeça sangra, mas continua erigida*

*Mais além deste lugar de lágrimas e ira,
Fazem os horrores da sombra.
Mas a ameaça dos anos,
Me encontra e me encontrará, sem medo.*

*Não importa quão estreito o portão
Quão repleta de castigo a sentença,
Eu sou o senhor de meu destino
Eu sou o capitão de minha alma.*



homenagens com grande repercussão na música pop. A canção fazia menção aos 21 anos que Mandela era mantido preso na ocasião.

1988

Neste ano, um grande espetáculo no estádio de Wembley, na Inglaterra, prestou homenagem aos 70 anos de Mandela (dois anos antes de ele sair da prisão). Sting, George Michael, Peter Gabriel, Woopy Goldberg e Richard Gere cantaram e discursaram no show.

“Mandela” do cantor Santana, uma homenagem instrumental, e “Mandela day”, da banda escocesa Simple Minds, que tornou-se um hino

pela libertação do ativista, foram apresentadas no show.

Ainda no final dos anos 80 o bloco afro Olodum, lançou “Protesto do Olodum”, que cita o líder sul-africano, entre outras personalidades políticas e culturais de ascendência negra. *“Sou Mandela, sou Fella [Kuti], sou Marigbella”*.

1992

Novamente o cantor Santana lançou uma música em homenagem a Mandela no disco “Milagro”, de com a faixa “Life is for living”.

1993

“Júri racional” foi lançada pelos Racionais MCs, no “Raio X do Bra-

sil”, onde o nome de Mandela também era citado como fonte de inspiração: “Gosto de Nelson Mandela, admiro Spike Lee”.

2013

Duas semanas antes da morte do ativista, divulgada em 21 de novembro de 2013, foi lançada “Ordinary love”, do U2, trilha do filme “Mandela: A long walk to freedom”, a ser lançado em 2014 no Brasil.

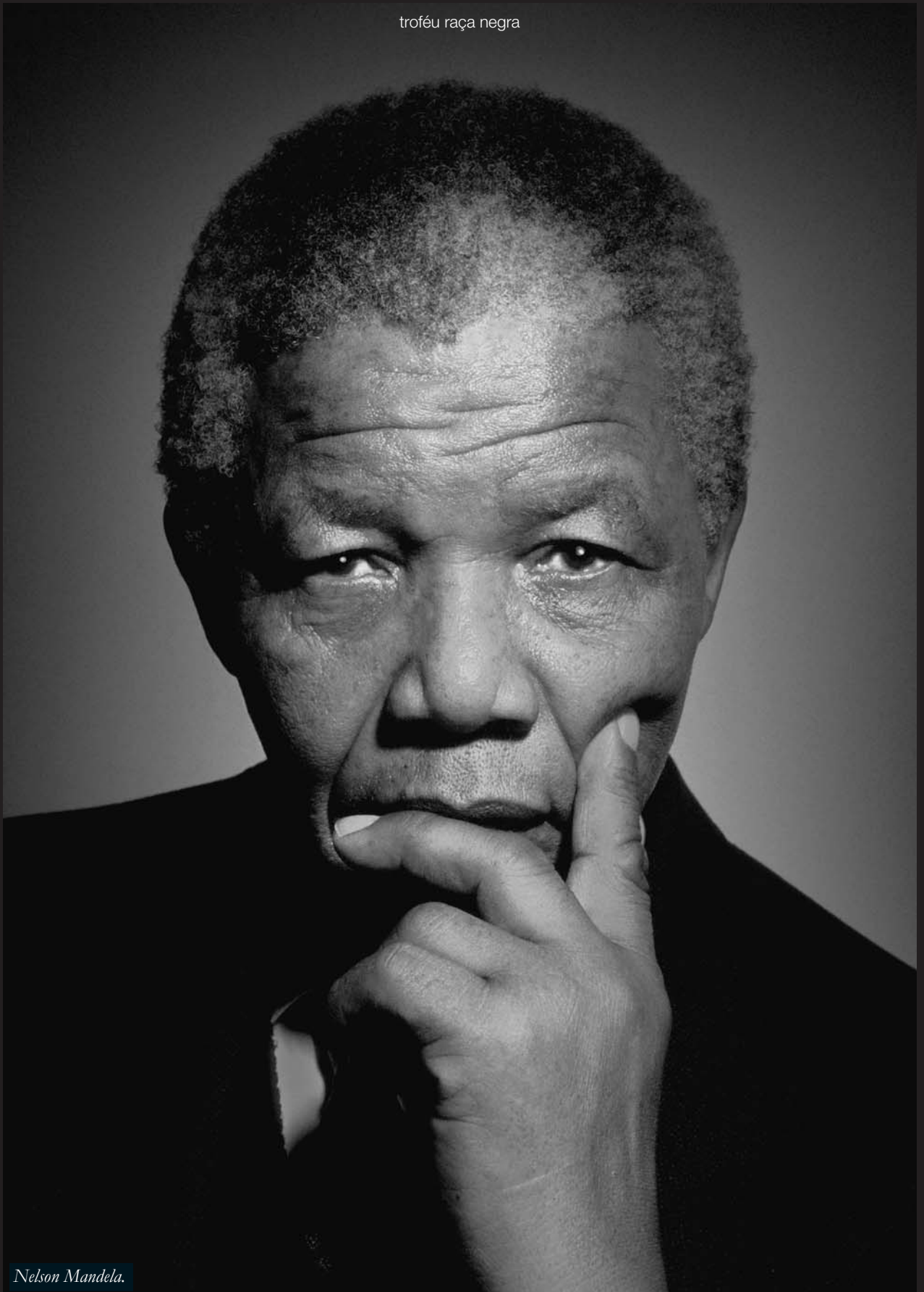
2014

O Troféu Raça Negra se prepara para a missão de homenagear Madi-ba. Pois, para aqueles cujos feitos superam a morte, toda reverência ainda é pouca. ■



Sala São Paulo.

troféu raça negra



Nelson Mandela.



“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele (...) Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.” - Nelson Mandela

TROFÉU

RAÇA NEGRA 2014

24 de Novembro - Sala São Paulo - São Paulo/Brasil



cotas

Dilma Rousseff.

Dilma 20%

sanciona cotas de
nos concursos públicos

Por
Zulmira Felício
e Redação

No dia 9 de junho, a Presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que reserva para os negros 20% das vagas em concursos públicos federais do poder Executivo e a lei já começou a valer no dia seguinte com prazo de dez anos para vigorar.

As vagas valem para os concursos realizados pela administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União, como Petrobras, Caixa Econômica Federal, Correios e Banco do Brasil. As cotas não contemplam, porém, os concursos promovidos pelo Legislativo, Judiciário e os órgãos públicos estaduais ou municipais.

Podem concorrer às cotas todos que se autodeclararem pretos ou

pardos na inscrição para o concurso público, de acordo com o quesito de cor ou raça utilizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

A lei não se aplica aos editais de concursos lançados anteriormente à sua vigência, mas determina que os editais dos novos certames sejam obrigados a informar o total de vagas correspondentes à cota para cada cargo ou emprego público oferecido. O projeto determina ainda que a reserva de 20% será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso seja igual ou superior a três.

Para a Presidente Dilma, o sistema que está sendo implantado “assegura que o mérito continua a ser condição necessária para ingresso dos candidatos”, sendo que a lei altera “apenas a ordem de classificação, privilegiando os candidatos negros”.

A presidente Dilma Rousseff sempre solicitou ao governo mais agilidade na implementação de cotas para o funcionalismo público, destacando especial atenção para os cargos em prefeituras e governos estaduais.

Para o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, única instituição que tem em seu quadro discente 90% de alunos negros autodeclarados, José Vicente, disse que esta lei, embora com atraso, pela primeira vez na história do Brasil, vai permitir que esses



Vereador Reis (SP).



Fernando Haddad.

espaços de prestígio e de decisões importantes para a sociedade brasileira, estejam disponibilizados para os negros, permitindo uma verdadeira igualdade, inclusão e oportunização dos postos de trabalhos.

Cargos Municipais

Entre os muitos projetos encaminhados pelo vereador paulista Reis (PT-SP), está o Projeto de Lei 223/13 que propôs o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados. Esta proposição transformou-se na Lei 15.939.

Em março, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad regulamentou a Lei 15.939 e, imediatamente, três concursos públicos lançados pela prefeitura de São Paulo já reservaram 20% dos cargos para negros. Um deles para seleção de Procuradores do Município; o outro para Auditores Fiscais nas áreas de Gestão Tributária e Tecnologia da Informação e o último para Especialista em Administração, Orçamento e Finanças Públicas.

“Nossa lei difere da proposição apresentada pela presidente Dilma e já aprovada pelo Congresso Nacional por afetar o preenchimento desde as mais humildes funções, até os mais elevados cargos públicos, incluindo estagiários e funções comissionadas. Além disso, a lei também tem um recorte de gênero, o que é muito positivo porque enxerga a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras”, argumentou Reis. O vereador de São Paulo também protocolou o Projeto de Lei 218/14, que institui o Selo da Igualdade Racial e que deverá ser conferido pelo Poder Público às empresas que aplicarem a política de cotas raciais ao seu quadro de

empregados. A PL deverá ser votada ainda no ano de 2014.

Cargos Estaduais

Em dezembro de 2013, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou o projeto de Lei que institui o sistema de pontuação acrescida para pretos, pardos e indígenas em concurso público, como parte integrante do Programa Estadual de Inclusão, que tem por objetivo aumentar a participação dos que se autodeclararem pertencentes aos grupos anteriormente citados, no serviço público estadual.

Na ocasião a secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloisa de Sousa Arruda, explicou que a meta do programa é instituir para cada concurso uma participação de 35% no caso de pretos e 0,19% de indígenas.

Assim como nos programas municipal e federal são beneficiados candidatos que, no ato da inscrição, se autodeclararem pretos ou pardos e neste caso também os indígenas.

“O candidato terá que fazer a prova e será chamado na ordem de classificação”, explicou o governador Geraldo Alckmin, referindo-se ao sistema de pontuação acrescida. “É perfeitamente possível termos uma meritocracia com igualdade, uma complementa a outra”.

A dinâmica do programa prevê que a meta será revista a cada cinco anos e, dependendo da categoria de funcionários públicos, é possível que nesse período não seja necessário adotar o sistema de pontuação acrescida. *“Na Fundação Casa, o número de agentes de segurança negros ultrapassa os 35%. Já na Procuradoria do Estado, o número de procuradores ainda é muito baixo”,* explicou a secretária de Justiça e Defesa da Cidadania. ■



Geraldo Alckmin.

o avanço

das políticas

afirmativas

Por Rejane Romano

Quando o Estatuto da Igualdade Racial foi sancionado pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 20 de julho de 2010, não contemplando a totalidade de questões que abrangia desde a sua propositura, muitos grupos frustraram-se por acreditar que o mesmo não seria eficaz em

promover políticas públicas de igualdade de oportunidades e combate à discriminação.

Após 12 anos aguardando aprovação do Congresso Nacional, o Estatuto foi sancionado sem determinar a criação de cotas para negros em diferentes atividades, como universidades, empresas e candidaturas

políticas. No entanto, após anos de luta e com outros tantos pontos assegurados, como a obrigatoriedade do ensino de história geral da África e da população negra do Brasil nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, hoje, percebe-se que este foi o ponto de partida para que mesmo as questões

não abrangidas no documento viessem a se tornar realidade.

Cotas nas Universidades

Apenas dois anos após o Estatuto da Igualdade Racial ter sido sancionado, em 26 de abril de 2012, outro marco histórico foi registrado para tornar o Brasil um país mais igualitário.

Por unanimidade o Supremo Tribunal Federal (STF), validou a adoção de cotas raciais nas universidades públicas federais. Garantiu-se assim a reserva de vagas para o acesso de negros e índios a instituições de ensino superior em todo o país.

Após dois dias de julgamento o tribunal decidiu que as políticas de cotas raciais nas universidades estão de acordo com a Constituição e são necessárias para corrigir o histórico de discriminação racial no Brasil.

O então ministro do STF, único negro na suprema corte, Joaquim Barbosa, ressaltou durante seu voto, a importância da adoção de cotas em contraposição à discriminação. *“Essas medidas visam a combater não somente manifestações flagrantes de discriminação, mas a discriminação de fato, que é absolutamente enraizada na sociedade e, de tão enraizada, as pessoas não a percebem.”*

Cotas na Pós Graduação, Mestrado e Doutorado

Em ocasião do II Seminário Internacional do Observatório da População Negra, em novembro de 2013, em São Paulo, foi lançado o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento, voltado para estudantes negros, indígenas e deficientes do ensino superior.

“Não podemos fazer melhor política que não seja através do diálogo e na construção com a comunidade. Todas as conquistas





obtidas nesses dez anos e, em especial, nos últimos dois anos, foram a partir de lutas históricas; são reparos dos direitos negados aos afrodescendentes do Brasil. Juntos, estamos num processo de construção de políticas públicas para dar oportunidades idênticas a todos, reduzindo as desigualdades sociais”, afirmou o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante durante a assinatura do programa.

Apenas seis meses após o lançamento do programa, a comunidade negra recebeu a boa nova do lançamento do Edital. De acordo com o ministro da Educação, Henrique Paim, o Brasil está vivendo um momento muito importante, pois esse governo tem feito um esforço muito grande para diminuir a desigualdade educacional.

“Precisamos comemorar e continuar lutando para que cada vez mais as pessoas tenham acesso à educação nesse país. À medida que nós incluímos, nós mudamos o perfil das universidades. O retrato hoje, das pessoas que estão nas universidades, é de pessoas pobres, oriundas de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência. E elas precisam de assistência estudantil de permanência”, defendeu Paim. ■

cotas na história

do Brasil

Por Dr. Hédio Silva Jr.

1931 - No início do governo do ex-presidente Getúlio Vargas foi aprovada a primeira lei de cotas de que se tem notícia nas Américas: a Lei da Nacionalização do Trabalho, ainda hoje presente na CLT, que determina que dois terços dos trabalhadores das empresas sejam nacionais.

1968 - O Congresso instituiu cotas nas universidades, por meio da chamada Lei do Boi, cujo artigo primeiro prescrevia: “Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio”.

1970 - Desde esta década o Brasil é signatário de acordos de cooperação científico-tecnológica com países africanos, de modo que jovens são selecionados nos seus países de origem e ingressam nas melhores universidades brasileiras sem passarem pelo vestibular.

1988 - Durante a vigência da Constituição de 1988, o país adotou cotas para portadores de deficiência no setor público e privado, cotas para mulheres nas candidaturas partidárias e instituiu uma modalidade de ação afirmativa em favor do consumidor.



respeito à religião

Por Zulmira Felício

Umbanda e o Candomblé são filosofias de vida e manifestações culturais enraizadas no país



O combate à intolerância religiosa é uma bandeira que jamais deve ser arriada até porque, vez ou outra, é preciso colocar em pauta a questão. Dessa vez, o juiz Araújo argumentou que a *“Umbanda e o Candomblé não contêm os traços necessários de uma religião, por não terem um texto-base (como a Bíblia ou o Alcorão), uma estrutura hierárquica e nem um Deus a ser venerado”*.

Essa história teve início quando a Associação Nacional de Mídia Afro levou ao conhecimento do Ministério Público Federal (MPF) um conjunto de vídeos, considerados ofensivos e preconceituosos às religiões afro-brasileiras postados no site YouTube. Nos vídeos, as religiões de origem africana estão ligadas ao “mal” e ao “demônio” e, ainda, mostram cultos com práticas de exorcismo.

Por considerar discriminação às religiões de origem africana e ferir a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federal e o Estatuto de Igualdade Racial, o Ministério Público Federal, enviou recomendação ao Google no Brasil para que retirasse as gravações da internet. Como o pedido não foi atendido, o MPF foi à Justiça para pedir a retirada dos mesmos.

Além de ouvir do juiz Araújo que Umbanda e Candomblé não se tratam de religiões e sim de cultos, o MPF teve negado o pedido, em 24 de abril. *“Os vídeos contidos no Google são manifestações de livre expressão de opinião”*, sentenciou o juiz federal.

Indignação – fundamentado no ordenamento jurídico brasileiro de primar pela solidariedade, liberdade de crença e de religião, o procurador da República, Jaime Mitropoulos, recorreu da decisão ao Tribunal

Regional Federal. Representantes de diferentes religiões do País se posicionaram contra a decisão do juiz federal e Márcio Righetti, presidente da Associação Nacional de Mídia Afro, entidade que denunciou os vídeos ao MPF, classificou como “infeliz” a decisão do juiz.

Em nota, no dia 20 de maio, o Juiz Araújo admitiu o forte apelo dado pela mídia e sociedade civil, reviu seus conceitos e disse fazer uma *“adequação argumentativa para registrar a percepção deste Juízo de se tratarem os cultos afrobrasileiros de religiões”*. Em outro trecho do novo texto, ao falar sobre religiões, ele justificou que *“suas liturgias, deidade e texto base são elementos que podem se cristalizar, de forma nem sempre homogênea”*. Apesar disso, ele não mudou o teor da sentença e manteve indeferida a liminar movida pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro que pedia retirada do Youtube dos vídeos.

Manoel Alves de Souza, presidente da Federação Brasileira de Umbanda, argumenta que a Umbanda e o Candomblé são filosofias de vida e manifestações culturais enraizadas no País. *“Realmente não há uma hierarquia nem um código canônico que oriente as religiões de origem africana, mas isso não faz com que elas não sejam religiões”*, defende.

O advogado e babalorixá Márcio de Jagun, autor da ação movida pelo Ministério Público Federal, acredita que o reconhecimento do erro é sempre bem-vindo, mas o ideal é que ele não fosse resultante especificamente da pressão popular e do Poder Público. *“Mais felizes ficaríamos se ele reconhecesse que os vídeos deveriam ser retirados”*, concluiu. ■

Na mesma ocasião em que o retrato da diversidade no País vira destaque através do lançamento do Selo Oficial dos Correios em Homagem à Umbanda, na Assembleia Legislativa de São Paulo, o juiz da 17ª. Vara de Fazenda Federal do Rio de Janeiro, Eugênio Rosa de Araújo, afirmou em uma sentença que *“as manifestações religiosas afrobrasileiras não se constituem religiões”*. Ele se referia à Umbanda e ao Candomblé.

o pensamento iorubá

**Por Ana Marta Oliveira, Heloísa Cristina de Souza e Tatiana Cesário de Souza*

A importância do pensamento filosófico iorubá presente nas religiões de matriz africana para a educação infantil

Pensar a educação infantil a partir da cosmovisão africana e/ou afro-brasileira é construir um panorama de significados na construção social do indivíduo.

A instituição de ensino deve capacitar seus educadores para lidarem com o pluralismo na sala de aula. A educação formal é um dos meios mais eficazes de prevenir a intolerância religiosa.

Abordar a importância do pensamento filosófico iorubá presente nas religiões de Matrizes Africanas é um grande passo para desconstruir mitos antigos e conceitos pré-estabelecidos e mostrar a real importância e contribuição da população negra na formação da identidade nacional.

A educação pensada na perspectiva africana e/ou afrobrasileira propõe aos participantes de uma comunidade aprendizagens significativas em valores, pois se acredita que a vida é cíclica e tudo está interligado, a vida se constitui através da reverência aos ancestrais, pois estes são envolvidos

diretamente à constituição familiar, a história que ao longo do tempo trança os conhecimentos passados de geração a geração.

Para compreendermos os valores educacionais na perspectiva iorubá nos respaldamos nos valores civilizatórios afrobrasileiro que são:

Circularidade - todos nós conhecemos o prazer que advém do ato de sentar em roda com amigos para contar histórias, fazer música, brincar com jogos ou manifestar a religiosidade.

Religiosidade - se difere de religião, pois é um exercício permanente de respeito à vida e doação ao próximo.

Corporeidade - ensina a respeitar cada milímetro do corpo humano, que deve estar presente em cada ação e em diálogo com outros corpos.

Musicalidade - envolve a dimensão do corpo que dança e vibra em resposta aos sons, só reafirma a consciência de que o corpo humano também é melódico e potencializa a musicalidade como um valor.

Memória - visa despertar o sentimento de afro-brasilidade e, sobretudo, de orgulho ao exibi-la, é necessário mexer no eixo do racismo e da memória: o racismo como algo a ser enfrentado e a memória para que a presença africana que habita em nós possa emergir livremente.

Ancestralidade - remete a historicidade presente em nossas memórias. Para vivenciar a ancestralidade precisamos pesquisar os relatos dos mais velhos, que trazem o rico imaginário afro-brasileiro.

Cooperativismo - experienciar as africanidades implica em pensar em comunidade, em diversidade, em grupo. Imaginem o que teria acontecido com a população negra num sistema escravocrata se houvessem desprezado o princípio da parceria, do diálogo, da cooperação? É dessa experiência que resulta na resistência da população negra contra o racismo.

Ludicidade - entre suas variadas utilidades, os jogos sempre viabilizaram o aprendizado. Também ser-



Profª. Ellen de Lima Souza, ladeada pelas alunas Heloisa Souza (esq.) e Ana Marta Oliveira.

viram para transmitir as conquistas da sociedade em diversos campos do conhecimento.

Oralidade - é a nossa herança direta da cultura africana, a expressão oral é uma força comunicativa a ser potencializada e muito significativa para a Educação Infantil.

Energia Vital - o princípio do axé é a vontade de viver e aprender com vigor, alegria e brilho no olho, acreditando na força do presente. Em nada se assemelha a normas, burocracias, métodos rígidos e imutáveis.

Trabalhar para construir uma educação justa e equânime exige repensar a educação para e nas relações étnico-raciais e reconhecer que o pensamento filosófico ioruba traz grandes contribuições para educação infantil, pois engloba a diversidade e a multiculturalidade presente nas diretrizes curriculares da educação infantil.

Propor para a Educação Básica ensinamentos que fortaleçam o corpo, as emoções e a mente são fundamentais para redirecionar a educação e a relação humana no mundo atual. Ter como pano de fundo da Educação Básica o desenvolvimento do ser humano em uma perspectiva que valoriza a vida como um todo é dar garantias da construção de uma humanidade melhor.

Como bem nos ensina Alexandre De Moraes conceituando sobre o princípio constitucional da igualdade onde: "... o que se veda são as diferenciações arbitrárias, as discriminações absurdas, pois, o tratamento desigual dos casos desiguais, na medida em que se desiguam, é exigência tradicional do próprio conceito de justiça" (Moraes, Alexandre de, Direito constitucional – 29, ed. Atlas, 2013)

Partindo do embrião ante o con-

ceito igualitário, devemos entender que a compreensão infantil é peculiar, afetiva, cognitiva e psicologicamente importante nas etapas do seu ciclo de vida, afim de não transformarmos adultos vulneráveis na constituição crítica de mundo.

Nós professores da Educação Básica temos em nossas mãos um diamante a ser lapidado, cabe a cada educador escolher com quais ferramentas quer lapidar seu diamante. A educação pode ser um instrumento de manutenção da ordem ou de libertação. Nós buscaremos construir uma educação verdadeiramente dialógica e igualitária. Conforme Paulo Freire orienta, sem educação não há liberdade! ■

**Por Ana Marta Oliveira, Heloisa Cristina de Souza e Tatiana Cesário de Souza, graduandas do curso de Pedagogia da Faculdade Zumbi dos Palmares, com coordenação da Profa. Me. Ellen de Lima Souza.*

todas as religiões são iguais

perante a



**Por Hédio Silva Jr.*

lei

Há 123 anos não mais existe no Brasil a ideia de religião oficial, religião de Estado, definida sem meias palavras pela Constituição do Império, revogada em 1891: “*A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. (Art. 5º)*”.

Diferenciando-se radicalmente da primeira Constituição brasileira, a Constituição Federal vigente, de 1988,

atribui a todas as religiões e crenças o mesmo status jurídico, a mesma dignidade e relevância.

Com efeito, a Constituição Federal assegura a inviolabilidade da liberdade de crença sem adjetivar tal crença e autoriza o livre exercício dos cultos (no plural), além de garantir a proteção dos locais de culto e suas liturgias – sempre empregando o

plural – de sorte que conjecturas sobre hierarquização de religiões configuram ofensa frontal e direta à Constituição (art. 5º, inciso VI).

Igualmente nítido é o dispositivo constitucional que proíbe União, Estados, Distrito Federal e municípios de instituírem impostos sobre “templos de qualquer culto” (art. 150, VI, “b”).

O emprego do pronome indefinido “qualquer” desautoriza especulações a respeito de qual seja o culto salvaguardado de ingerências estatais: todo e qualquer culto encontra-se protegido pela norma constitucional.

Do ponto de vista jurídico, portanto, o Estado deve manter-se neutro em face das religiões, abstendo-se inclusive, de fixar os contornos legais de seu funcionamento, visto tratar-se de matéria de caráter eminentemente privado, particular.

A questão da liberdade de crença situa-se numa esfera da existência humana, individual e coletiva, que escapa ao poder de império do Estado democrático, sujeitando-se a leis infensas ao domínio jurídico, pois que, no limite, remontam à metafísica, ao transcendental.

Pertence ao foro íntimo da pessoa, à liberdade interna do indivíduo, a complexa correlação entre realidade terrena e prospecção ultraterrena.

Crença religiosa diz respeito a leituras e interpretações de uma dimensão metafísica, de uma realidade não demonstrável, no mais das vezes expressas em categorias abstratas, espirituais, temporais. Deste modo, delas não se pode exigir que sejam aceitáveis, racionais, lógicas, consistentes ou compreensíveis, seja para ateus, tanto menos para adeptos de religiões distintas daquela posta eventualmente em exame.

Conforme lição magistral de John Locke, *“Porque cada igreja é ortodoxa para si consigo mesma; para as outras, errônea ou herege. E ainda: (...) todo o poder do governo civil diz respeito tão só aos interesses civis dos homens, limitando-se ao cuidado enquanto pertence a este mundo, nada tendo a ver com o mundo a vir.”* (Carta a Respeito da Tolerância).

É desnecessário lembrar que a história da humanidade é repleta de tragédias decorrentes do monolitismo religioso e da manipulação político-ideológica do sentimento religioso: guerras, genocídios, massacres, estupros em massa e outras iniquidades, no passado e no presente, continuam brotando da intransigência religiosa, agredindo a consciência democrática e vulnerando os mais elementares direitos da pessoa humana.

A tristemente famosa inquisição, o nazismo, a questão Palestina, os conflitos no Reino Unido, no Oriente Médio, a guerra na Bósnia, os

massacres praticados na Índia ou em certas regiões do continente africano, são apenas alguns exemplos dos frutos produzidos pelo germe da intransigência religiosa.

Não por mera casualidade, portanto, o Estado Democrático de Direito está terminantemente desautorizado, sob qualquer pretexto, a permitir a superposição de papéis entre Estado e religião, tampouco a transigir na proteção da liberdade de crença e de culto. ■

**Hédio Silva Jr. é advogado, doutor em Direito, professor da Faculdade Zumbi dos Palmares e diretor executivo do CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.*



Hédio Silva Jr.

copa

contra o



Por Zulmira Felício

Tão importante quanto conquistar a taça, espera-se que o Brasil dê o pontapé inicial para acabar de vez com atitudes racistas nos campos de futebol.

Os recentes episódios de ações preconceituosas que vêm acontecendo nos estádios de futebol - no Brasil e exterior - servem para por em xeque a tese de que o esporte une pessoas e promove a paz.

Na Copa da Libertadores, Tinga, jogador do Cruzeiro (MG), foi hostilizado por parte da torcida do Real Garcilado, na cidade de Huancayo, no Peru. Toda vez que o volante brasileiro pegava a bola, os torcedores reproduziam chiados de macacos. Ao sair do jogo, realizado em fevereiro deste ano, Tinga disse que trocaria seus títulos por um mundo com igualdade entre as raças. “Por isso, o Brasil inteiro está fechado com Tinga #FechadocomOTinga#, escreveu a presidente Dilma Rousseff em sua conta no twitter, lamentando o ocorrido e acertou com a ONU e a Fifa que “a nossa Copa das Copas também será a Copa contra o racismo”.

Cronologicamente, em março, outros dois atos tiveram ampla repercussão na mídia. Após apitar uma partida pelo Campeonato Gaúcho, o árbitro de futebol Márcio Chagas encontrou seu carro no estacionamento empilhado de bananas no para-brisa. Outra fruta foi colocada no cano de escapamento. Acostumado a zombarias, o episódio foi muito forte na vida do árbitro que resolveu abandonar a profissão.

Já no Campeonato Paulista, o jogador Arouca foi mais uma vítima. No jogo dos Santos versus Mogi Mirim, o volante santista recebeu insultos dos torcedores rivais que o chamaram de macaco e sugeriram que ele fosse jogar em uma seleção africana.

Lá fora – acontecimentos do gênero não são recentes. Em 2011, na Rússia, a torcida do Zenit atirou

Foto: mondpress.com.br



Jogador Tinga.

Foto: terra.com.br



Ex-árbitro Márcio Chagas.

Foto: virgula.uol.com.br



Jogador Roberto Carlos.



copa

Foto: Rafael Ribeiro/cbf

Jogador Daniel Alves.

bananas no lateral-esquerdo brasileiro Roberto Carlos. Na ocasião, o Zenit foi punido com multa de US\$ 10 mil.

Pelo Campeonato Espanhol, este ano, o baiano Daniel Alves, do Barcelona foi atingido em campo por uma banana jogada por um torcedor adversário. De forma inusitada, o lateral comeu a fruta e, em seguida, continuou jogando normalmente. Há 11 anos morando na Espanha, o jogador lamentou o caso: “Temos de rir dessa gente atrasada”.

Devido à problemática do racismo, a Lei Geral da Copa (Lei 12.663/12) contém preceitos substantivos e poderá cumprir um papel importante na repressão a este tipo de manifestação, mas é preciso reconhecer que punir não resolve o problema.

“As leis penais contra o racismo e cotas raciais têm alto potencial pedagógico, são capazes de diminuir as taxas de desigualdades entre brancos e negros, mas insuficientes para mudar sistemas de valores”, define o advogado Hédio Silva Jr., professor

da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Segundo o doutor em Direito, no passado os jogadores negros calavam-se diante do racismo, diferentemente do que acontece hoje em dia. Tal crédito se deve também às instituições, lideranças políticas e sociais. “Impõe-se atualizar os instrumentos por meio dos quais o Estado pode enfrentar de modo eficaz o racismo, promover a igualdade e evitar que nossas crianças prossigam sofrendo porque seus pais, ou elas próprias, têm cor da pele parecida com a do Rei Pelé”, sintetizou Hédio Silva Jr. ■



VOCÊ ESTÁ PREPARADO?

Diversidade de opiniões e muita polêmica. Debate quente sobre o mundo político, o meio ambiente e a mobilidade urbana.

As notícias mais complexas de um jeito descomplicado.

1 Papo Reto está na área.

1 PAPO = RETO

► Venha! Prepare-se para o futuro.

site: www.paporeto.net.br



www.facebook.com/paporeto.net.br



@paporetonet

núcleo de combate à discriminação racial

**Por Vander Ferreira de Andrade*

Núcleo de Combate à Discriminação Racial, uma ferramenta democrática de acesso à tutela dos direitos fundamentais das pessoas vitimadas por condutas discriminatórias

A discriminação racial, assunto que tem ocupado sobremaneira o ambiente que antecede um dos mais importantes eventos esportivos, e de proporções mundiais, a Copa do Mundo no Brasil, continua sendo constatada, não somente nos cenários futebolísticos, de todos os cantos do planeta, mas especialmente nas diversas facetas do cotidiano humano de nosso país, representando uma terrível prática antissocial, em profundo desrespeito à dignidade da pessoa humana.

Indiscutivelmente, vencidos séculos e décadas da abolição formal da escravidão, não há como negar o fato de que determinados seres humanos prosseguem julgando-se superiores a outros seres humanos, constituindo essa pseudo concepção de superioridade, não numa virtude decorrente de atitudes ou de nobreza de ideais, mas tão somente numa distorção da real natureza humana, concebida no fato de que algumas pessoas possuem um tom de pele mais ou menos

claro, o que as permite imaginar seu pertencimento a uma raça ou a uma casta privilegiada.

Essa constatação, que perpassa o próprio transcorrer da história da humanidade, se inicia com um nefasto e deplorável processo de absoluta exploração humana, ou seja, com a abominável prática da escravidão, com o comércio e com o altamente lucrativo tráfico de escravos, atividade immanentemente vinculada aos primórdios de um capitalismo desregrado, e que de cuja sorte não poupou a população negra, nem mesmo a indígena, dizimando povos ao longo de séculos, culminando por produzir um genocídio intercontinental sem precedentes.

Assim é que, como contraponto desse trágico devir histórico, e como resultante de um marco de feições civilizatórias, ações tidas por afirmativas, passaram a ser implementadas, tais como as cotas em concursos públicos, ou por meio da previsão de crimes atentatórios à igualdade

humana, objetivando dirimir ou mitigar as profundas desigualdades sociais ainda existentes na atualidade, dentre as quais o Brasil se destaca, de forma evidentemente negativa, dado o fosso profundo que separa negros e brancos num aparentemente invisível apartheid socioeconômico.

Como cediço, a República Federativa do Brasil tem a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos (art. 1º, III, da CRFB), possui como objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa, solidária, bem como a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, ou de qualquer outra espécie (art. 3º, I e IV, da CRFB), e consagra a igualdade como direito fundamental (art. 5º, caput, da CRFB).

A Constituição Brasileira ainda explicita que a prática do racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (art. 5º, XLII); igualmente o Código Penal preceitua como crime

a injúria em razão da discriminação racial (art. 140, parágrafo terceiro).

Verifica-se ainda, dentro desse específico macro ordenamento jurídico de tutela da igualdade racial, a famosa e sempre mencionada “Lei Afonso Arinos”, atualizada pela Lei n.º 7347 de 1985, prevendo como infrações penais, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dentre outros, bem como a Lei n.º 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), a qual, por seu turno, reforça o claro desiderato de combater a discriminação racial cometida contra a população negra.

Contudo, todos estes instrumentos legais, tornam-se insuficientes, especialmente se os principais destinatários da norma, as pessoas discriminadas racialmente, desconhecem os caminhos e os acessos públicos que as permitem perquirir a responsabilidade de seus agressores, até porque, a despeito de tamanha preocupação do Constituinte em punir, de forma rigorosa, o racismo, de todas as diretrizes que impõem a sua erradicação, e do conteúdo do Estatuto da Igualdade Racial, o mundo real não vem guardando sintonia com o previsto nos diplomas legais sobre a matéria. O preconceito desmotivado permanece presente em nossa sociedade, seja explicitamente, seja de modo velado.

Atento a esta lacuna na estrutura da Administração Pública, e que tanto tem impedido as vítimas de racismo de procurarem pela responsabilização de seus algozes, o Curso de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares, sediada em São Paulo, capital, inaugurou, junto ao Núcleo de Prática Jurídica, o seu Núcleo de Combate à Discriminação Racial.

O objetivo principal do Núcleo de Combate à Discriminação Racial da Faculdade Zumbi dos Palmares, é o de receber e sistematizar denúncias de racismo e discriminação na cidade e no estado de São Paulo, atendendo as vítimas e ingressando com processos criminais ou administrativos, a depender da conduta perpetrada pelo autor ou autores dos atos discriminatórios.

O Núcleo conta com uma equipe interdisciplinar composta de professores, pesquisadores, advogados, sociólogos, antropólogos, psicólogos, alunos e ex-alunos, que se coloca pronta para o atendimento gratuito da população vitimada por condutas discriminatórias de cunho racial.

Com essa iniciativa, a Faculdade

Zumbi dos Palmares presenteia a população mais pobre e desprovida de recursos, que passa agora a ter acesso gratuito a uma importante ferramenta na concretização de seus direitos fundamentais; ademais, acredita-se que tal empreendimento importa numa importante conquista para a sociedade, eis que o racismo, em sua qualidade de conduta socialmente reprovável e abominável, impõe ser banido do corpo social, ainda que através do emprego da força do Direito, no que se estará respondendo com as regras da civilização, e não com os nefastos e covardes armamentos da barbárie. ■

**Vander Ferreira de Andrade é doutor em Direito do Estado e coordenador do Curso de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares.*



Vander Ferreira de Andrade.

a bola rola, para tudo permanecer parado. Como sempre!

**Por Rosenildo Gomes Ferreira*

O Brasil continua sendo um país surpreendente. Por um lado, conseguimos construir estruturas magníficas como a Ponte Rio-Niterói, no Rio de Janeiro, ou a Hidrelétrica de Itaipu, na divisa entre o Paraná e o Paraguai. De outro, ainda exibimos índices de desenvolvimento humano capazes de corar moradores de países muito mais pobres que o nosso, levando-se em conta o PIB, como é o caso do Chile ou da Austrália. Isso vale para o número de jovens matriculados no ensino superior e até mesmo para o acesso das pessoas a itens como energia elétrica. Você sabia, caro leitor, que cerca de 30% das donas de casa do Brasil ainda usam a lenha como combustível para preparar as refeições da família?!

Nos campos de futebol pelo país afora, a situação não é muito diferente. Ao mesmo tempo em que contamos com estádios modernos, que rivalizam em conforto e sofisticação aos existentes nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, a maioria dos brasileiros deverá continuar assistindo aos jogos sentados em arquibancadas de cimento, sem lugares marcados e dotados de banheiros, por exemplo, que se assemelham a chiqueiros.

De fato, o futebol é um dos territórios que mostram com maior clareza nossa dualidade como nação e cidadãos, além da brutal diferença entre o Brasil real e aquele frequentado pela parcela de 30% da população formada pela elite socioeconômica e pelos funcionários públicos mais

abastados. A mesma elite que em seus discursos e teses acadêmicas prega educação de qualidade, oportunidades para todos e a construção de um país igualitário, é aquela que protagoniza episódios lamentáveis. Especialmente no espaço de arquibancadas e cadeiras de ginásios e estádios. Basta que juiz cometa algum erro que prejudica o time de sua preferência, por exemplo, para que nos deparemos com um festival de impropérios. Quando o árbitro é negro, então, as ofensas irremediavelmente incluem a questão da pele como elemento causador do erro e catalisador de xingamentos: “*só podia ser preto, mesmo!*”, “*Seu macaco, tá fazendo m...*”.

Apesar das reiteradas evidências e dos exemplos fartos, ninguém tem

a coragem de assumir seu lado racista. A justificativa para tal atitude tresloucada diante do outro está sempre vinculada a tal “catarse coletiva” na qual, no calor da emoção, tudo é válido para defender a paixão pelo time do coração. Ou, como dizem alguns cronistas esportivos que se “vendem como democratas”, este tipo de problema começa no campo, acaba no campo!

Neste contexto, causou-me estranheza a reação de espanto de figuras públicas, comentaristas de TV e celebridades em geral diante dos mais recentes “episódios” de racismo, envolvendo o jogador Tinga, do Cruzeiro, e o árbitro Márcio Chagas da Silva (ofendido durante um jogo em Bento Gonçalves e que teve seu automóvel depredado e coberto de cascas de banana). Muitos deles agiram como se estivessem acabado de desembarcar no Brasil, vindo de Marte! Só isso justifica terem descoberto apenas em 2014, existir racismo no Brasil! Pior. Alguns destes indignados de plantão foram os mesmos que, tempos atrás, consideraram errada a atitude do jogador Grafite de processar um atleta do Quilmes, da Argentina, que o ofendeu com palavras racistas, em um jogo no Morumbi.

Os mais generosos podem dizer que a indignação de agora mostra que evoluímos neste quesito. Temo em dizer que, infelizmente, não. O que mudou foi a tática para lidar com o racismo arraigado na sociedade, em geral, e no mundo do futebol, em particular.

É neste contexto que entra em cena a “marketagem” barata, travestida de campanha cidadã, usada na equivocada, para dizer o mínimo, campanha “Somos todos macacos”.



Rosenildo Gomes Ferreira.

A peça de marketing nos foi vendida como ação espontânea tendo como pano de fundo a luta contra as reiteradas manifestações racistas que atingem brasileiros e africanos que atuam na “civilizada” Europa. A farsa da “campanha espontânea” foi desmascarada em menos de 24h. Mas mesmo assim cumpriu seu propósito mais canalha e mais obtuso, como previsto desde seu início: “a carnavalização de um assunto sério!”.

Com isso, seus autores inviabilizaram mais uma oportunidade de o Brasil liderar, de fato, um debate global contra o racismo e a intolerância. Mas essa reação “experta” teve sua função pragmática dentro do arranjo social brasileiro. Afinal, como liderar uma luta neste sentido se o Brasil, em especial em sua vertente esportiva, é um

dos países mais racistas do mundo?

Por meio da carnavalização, parte de nossa elite que se pretende evoluída, mas que na prática age como a avestruz quando divisa no horizonte qualquer sinal de problema, não tem de se expor ao desgaste de ter de enfrentar e de tentar resolver questões adjetivas e dolorosas como o racismo e a intolerância presentes na sociedade, em geral, e no futebol, em particular.

Afinal, se tratam de sentimentos e atitudes consideradas “démodé” e cafona e que, em pleno século 21 são vistas como relacionados a povos bárbaros e a sociedades atrasadas. Não é mesmo?! ■

**Rosenildo Gomes Ferreira é jornalista e editor-assistente de negócios da revista IstoÉ DINHEIRO. Também é fundador e dirige a start up: www.1paporeto.com.br*

nã^o somos macacos

**Por Ellen de Lima Souza*

Neste momento, talvez seja pertinente resgatar alguns marcos de processos históricos que fizeram com que a manutenção do racismo tivesse efeitos tão profundos.

Em primeiro lugar, nós precisamos anunciar de onde é que estamos falando e evidentemente uma instituição de ensino superior chamada, Zumbi dos Palmares, se posiciona em um lugar de

resistência e de enfrentamento histórico por uma educação igualitária.

Quando nós buscamos fortalecimento em uma ideologia que preza por equidade estamos pautados em uma referência de ancestralidade, pois nossa história não se pauta na escravidão, mas temos consciência de que a escravidão foi na verdade uma interrupção em nossa história.

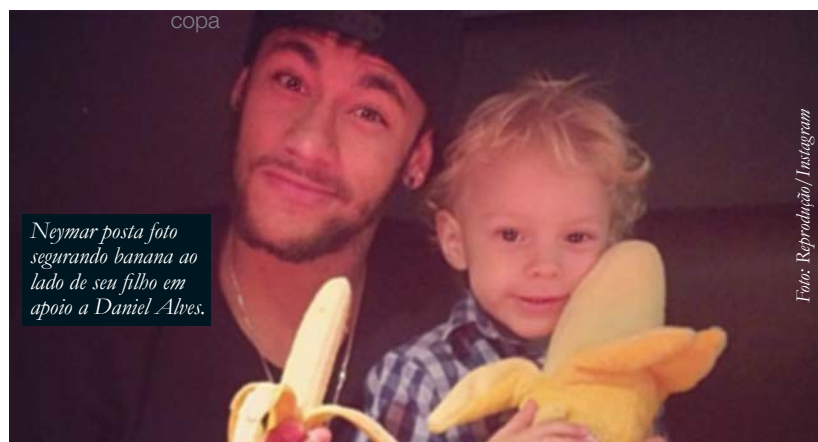
O racismo se estrutura no Brasil de forma a apagar a história, as estratégias de manutenção do racismo se dão pela negação ou minimização da existência do mesmo. Por isso, cabe retomar as políticas higienistas que fomentadas no Brasil ancoravam-se em um ideal de branqueamento da população, não há nada mais ilustrativo do que o quadro “A

redenção de Cam¹” de Modesto Broccos no ano de 1895 que ilustra o ideal de branqueamento a que historicamente fomos submetidos por meio de diversas políticas implantadas que impediam o acesso de negros/as nas instituições públicas de ensino, ao mercado de trabalho, ou ainda, em times de futebol no início do século passado.

As políticas que buscaram a eliminação dos negros na sociedade brasileira fracassaram, pois somos mais de 50% da população. Nossa luta conta ferramentas cada vez mais sofisticadas, com normativas jurídicas que são legitimadas pelo acúmulo acadêmico que nossos pesquisadores desenvolveram ao longo do último século, e que mostram a dívida histórica desse país para com a população negra. Mas, as pesquisas apresentam, também, o quanto é complexo superar a ideologia do branqueamento.

A última manifestação do jogador Neymar Jr apoiada na frase, somos todos macacos, anuncia não apenas a deturpação de imagem que o racismo acometeu neste jovem, pois ele não se percebe negro, mas revela a falta de maturidade e respeito do mesmo em se propor a falar sobre algo que tem uma construção histórica que ele ignora. Restou a este jovem apenas reproduzir uma ideologia que a muito vem sendo superada, restou a este jovem retroceder na história e desumanizar-se, ao invés, de politizar-se e se conscientizar negro. Qual a diferença do quadro de Modesto Broccos para a foto de Neymar Jr?

Respondemos a indagação, pois diferente de 1895 quando não tínhamos as mesmas condições de manifestação, hoje em 2014 podemos dizer



que nunca fomos macacos e nem jamais seremos. Atualmente contamos com instituições referências com pesquisas e especialistas aportados na ciência para fazer a análise do racismo na sociedade brasileira.

“A última manifestação do jogador Neymar Jr apoiada na frase, somos todos macacos, anuncia não apenas a deturpação de imagem que o racismo acometeu neste jovem, pois ele não se percebe negro, mas revela a falta de maturidade e respeito do mesmo em se propor a falar sobre algo que tem uma construção histórica que ele ignora...”

Diante do atual quadro de avanço da população negra, temos a constitucionalidade das ações afirmativas reconhecida, temos legitimidade para buscar pela nossa historicidade não podemos mais admitir racismo nem

no campo de futebol e nem fora dele. E a postura do Neymar foi racista e sem nenhuma reflexão sobre a historicidade negra. Não somos todos iguais, mas é na diferença que vamos superar as desigualdades postas, ainda, na sociedade brasileira. A postura desse jogador mostra o quanto ainda temos que avançar.

Por isso, institucionalmente nos posicionamos de forma a repudiar a ação de “*todos somos macacos*”, pois os quadros como “*A redenção de Cam*” devem ser superados a cada dia e posturas como essas precisam a ser enquadradas como “*A condenação de Neymar Jr*”. Nosso objetivo é contribuir com a reflexão e nos posicionarmos publicamente com todo o nosso acúmulo de luta e reflexão para uma sociedade que, em nossas percepções, pode ser justa, equânime e igualitária construída por todas as mãos e mentes humanas que se respeitem e se reconheçam na diversidade, e não na negação das diferenças. ■

#NUNCA FOMOS MACACOS

¹A esse respeito ver http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Redem%C3%A7%C3%A3o_de_Cam

*Ellen de Lima Souza, é doutoranda em Educação e coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade Zumbi dos Palmares.

papel do negro na política

Por Rejane Romano

Muitos afro-americanos em visita ao Brasil questionam como num país com maioria da população autodeclarada negra, de acordo com censo

realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há pouca participação dos negros na vida política do país.

De fato, basta observarmos a Câmara dos Deputados, as prefeituras, governos estaduais, o Senado e ministérios para evidenciarmos que é pos-

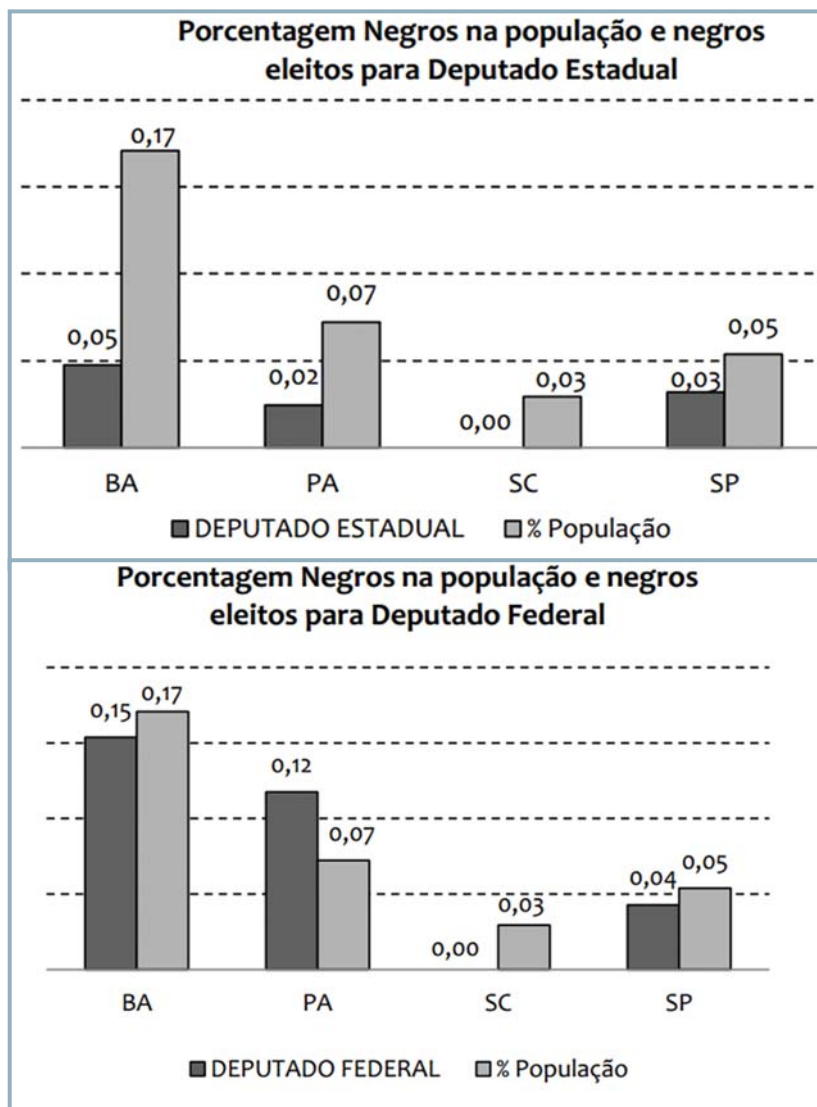
sível contar entre os dedos das mãos quantos são os negros que representam a maioria da população na política.

Muitos são os motivos para este quadro, mas a gênese desta questão vem desde a abolição da escravidão no Brasil, como sintetizou o sociólogo e político brasileiro Florestan Fernandes.

“A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo”.

De acordo com o livro **“Mulheres e Negros na Política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros”**, de 2012, do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, dos autores: Rachel Meneguello, Máira Kubik Mano e Caroline Gorski, há dificuldades inclusive na coleta de dados sobre candidatos negros nas eleições. “A ausência de registros no TSE sobre candidaturas distribuídas segundo raça ou etnia permite apenas estimar a presença de negros nas casas legislativas através de referências alternativas... Impossibilita a análise mais detalhada dos mecanismos que levam à sub-representação deste grupo no parlamento”.

Segundo a UNEGRO, organização do Movimento Negro, fundada em 1988, no documento: *“Negros estão fora do parlamento brasileiro: balanço eleitoral do voto étnico negro presença dos negros no parlamento”*, publicado na Revista África e Africanidades, em 2010, 43 parlamentares federais e 30 parlamentares estaduais negros foram eleitos naquele ano. Tanto no nível federal



Fonte: Livro “Mulheres e Negros na Política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros”, pag. 79.

quanto estadual. Foi o Partido dos Trabalhadores (PT) que liderou o número de parlamentares eleitos, 14 em cada âmbito de representação.

Dentre os estados pesquisados no documento da UNEGRO a Bahia elegeu 7 deputados federais e 7 estaduais, o Pará elegeu 2 deputados federais e nenhum estadual, São Paulo elegeu 3 deputados federais e 3 estaduais, e Santa Catarina não teve nenhum deputado federal ou estadual negro eleito em 2010.

Presença de Negros nos Partidos Políticos

Ainda segundo o livro “Mulheres e Negros na Política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros”, no que tange à relação com os movimentos sociais, o cenário é distinto, e apenas PT, PSB, PSOL e PC do B apontam vinculação com organismos associados ao movimento negro.

Relação de Secretarias ou Núcleos dos Partidos associados à temática dos negros:

Partidos	Secretaria ou Núcleo Racial
PT	Secretaria de Combate ao Racismo e do Estatuto da Igualdade Racial
PSB	Secretaria Nacional da Negritude Socialista Brasileira
PP	Não possui
PMDB	Núcleo PMDB Afro
PSOL	Setorial do Movimento Negro
PSDB	Movimento Tucanafro
PCdoB	Coordenação Nacional de Combate ao Racismo
PDT	Movimento Negro
DEM	Não possui

Fonte: Sítios oficiais dos Partidos Políticos; TSE

Em 2012, apenas um prefeito negro de uma capital foi eleito, João Alves Filho, do Democratas (DEM), em Aracaju, Sergipe. Isso ratifica que, no Brasil, poucos negros ocupam função pública de relevante importância.

Racismo na Política

De acordo com Lourenço Cardoso, Professor da Faculdade Zumbi dos Palmares, Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra e recém intitulado como Doutor em Ciências Sociais pela Unesp Araraquara, a problemática refere-se ao racismo intrínseco nos partidos políticos.

“O racismo institucional que vigora nos partidos torna-se uma barreira para que os negros possam participar no papel de protagonista, principalmente, com pautas referente a questão racial, além de outras, obviamente. O problema principal não é resquício da escravidão, e sim, os racistas do presente que atuam nos partidos políticos

“A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.”

Florestan Fernandes

que dificultam a atuação dos negros em papel de destaque”.

Para Carlos Alberto Reis de Paula, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em entrevista ao Portal G1, a discriminação é ‘uma questão cultural’.

“A sociedade brasileira é racista, discriminatória e usa de discriminação por um motivo muito simples: uma questão cultural. E o pior é que a sociedade não toma consciência porque isso está no seu subconsciente. O fundamental é as pessoas tomarem consciência de que são racistas porque os fatos mostram isso”.

Para o jornalista e doutor em Ciências da Comunicação e professor da Universidade de São Paulo (USP), Dennis Oliveira, fundador do Coletivo Quilombação, instituído este ano, que conta com uma militância, em sua maioria, de jovens negros universitários e tem caráter suprapartidário investindo na discussão de um programa anti-racista para o Brasil, a presença de Carlos Alberto Reis de Paula no TST e de Joaquim Barbosa como ministro e primeiro presidente negro do Supremo Tribunal Federal (STF) são sinais de mudança.

“São sinais de mudança à medida que a população negra começa a romper barreiras, ingressar nas universidades, formar-se e ter mais quadros intelectuais e técnicos capazes de ocupar tais cargos. Além disto, a luta tenaz do Movimento Negro também pressiona os atuais ocupantes do poder a dar atenção a esta demanda. Mas ainda é muito pouco, pois ainda se contam nos dedos de uma mão só os que conseguem chegar lá. Infelizmente ainda não é regra, é exceção”, afirma.

Para Oliveira a questão vai além de

termos mais negros na política. “O que falta no Brasil e o Movimento Negro precisa aprofundar, é uma agenda política antirracista que não se limite a discutir apenas políticas públicas. Uma agenda que discuta as questões estruturais da sociedade brasileira, da concepção de Estado (que não se limita ao governo, mas a estrutura de poder em todas as suas dimensões, inclusive de caráter ideológico), e assim por diante. Veja bem, na África do Sul, a população negra ocupa a esmagadora maioria dos cargos governamentais, o partido de Mandela detém a hegemonia do governo, entretanto, o poder dos brancos permanece. Isto porque nos acordos que puseram o fim ao Apartheid, preocupou-se com as questões institucionais e não se discutiu a estrutura da sociedade, a concentração de riquezas, entre outras coisas. Por isto, defendo que precisamos ter mais negros e negras comprometidos com uma agenda antirracista no governo”, destaca.

Tentativas de incentivo ao negro na política

Como alternativa a fim de impulsionar o acesso de negros na

“O racismo institucional que vigora nos partidos torna-se uma barreira para que os negros possam participar no papel de protagonista.”

Lourenço Cardoso

tomadas de decisões no país, em 2013, foi instituída a Lei nº 6.414, pela Assembleia Legislativa do Rio

de Janeiro, que refere-se ao programa “O Negro na Política”, dispondo sobre medidas de incentivo à participação da população negra na atividade política.

Dentre as ações do programa estão prescritas:

I - conscientização da população negra do Estado sobre a importância de sua participação na atividade política;

II - elaboração e distribuição de material informativo sobre os meios de participação na atividade política, os procedimentos para filiação em partido político e demais informações essenciais a respeito do tema;

III - incentivo aos negros filiados a partido político a concorrerem a cargos eletivos e incentivo aos demais a filiar-se a partido político com o qual tenham afinidade ideológica;

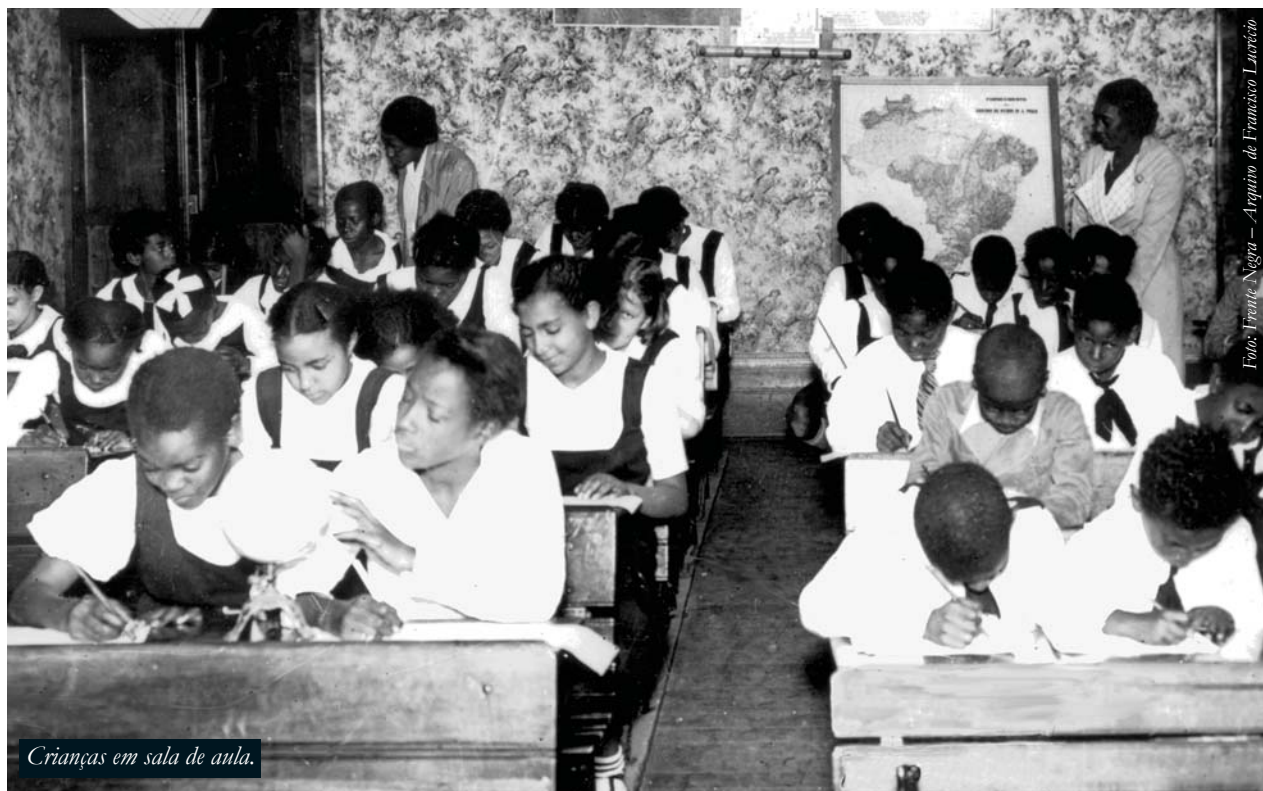


Foto: Frente Negra - Arquivo de Francisco Lourenço

Crianças em sala de aula.

IV - viabilização da realização de palestras, seminários e cursos sobre capacitação e participação dos negros na política;

V - incentivo aos jovens negros entre 16 e 18 anos ao alistamento eleitoral.

Seria esta a solução?

Analisando outra iniciativa histórica

Já em 1931, era fundada a Frente Negra Brasileira, com a proposta de assegurar ao negro o direito como cidadão.

A Frente Negra buscava um enfrentamento ao preconceito. De acordo com publicação no jornal *A Voz da Raça*, cuja sede da organização ficava na Rua da liberdade, 196 (em São Paulo, Capital).

Tendo como missão a justiça social, a organização teve como foco a

“Carlos Alberto Reis de Paula e Joaquim Barbosa são sinais de mudança à medida que a população negra começa a romper barreiras e ingressar nas universidades. Mas ainda é muito pouco, pois se contam nos dedos de uma mão só os que conseguem chegar lá. Infelizmente ainda não é regra, é exceção.”

Dennis Oliveira

educação, uma forma de preparar o negro para integrá-lo à sociedade de classes, para torná-lo competitivo e levá-lo a superar a miséria e o racismo.

Com esses objetivos, a Frente Negra, que se registrara como partido político, viu-se, com o Golpe de 1937 e a repressão imposta pelo governo de Getúlio Vargas, envolta num debate interno em torno das simpatias à ideologia nazifascista, o que desintegrou a organização.

A fundação da União Negra Brasileira foi uma tentativa dos militantes de reorganizá-la, sob a presidência do Dr. Raul Joviano do Amaral. Com a democratização do país, a partir de 1945, ocorreriam outras tentativas de rearticular a Frente Negra.

A Frente Negra teve um importante papel na ação política dos negros, foi o primeiro movimento de



Foto: Frente Negra - Arquivo de Francisco



Foto: www.agencia.see.gov.br

massas no período pós-abolicionista que tentou inserir o negro na política.

Um presidente negro no Brasil

Enquanto ainda caminhamos neste aspecto, nos Estados Unidos da América, com apenas 12,6% da população negra, Barack Obama foi eleito e reeleito como presidente da nação de maior relevância no cenário mundial.

Ainda segundo o Professor Lourenço, a hipótese deste feito acontecer no Brasil ainda é distante. *“No Brasil, a branquitude, diria, por outras palavras, os brancos que se encontram nos espaços de poder, não tendem conceder uma parcela desse espaço para os não brancos, entre eles os negros”*, ressalta.

Já para o doutor Dennis Oliveira a dificuldade em termos um presidente negro está na postura do Movimento Negro. *“O problema é que ainda não temos uma liderança negra de destaque nos partidos políticos. Além disto, o Movimento Negro brasileiro comete um erro grave que é ser autofágico, o de destruir as suas poucas lideranças. A disputa interna é tão intensa, que quando surgem quadros de destaque, os adversários atuam para destruir”*, acredita Oliveira. ■



Barack Obama.

Foto: Official White House Photo by Pete Souza

Joaquim Barbosa antecipa aposentadoria e deixa STF

**Por Severino Motta, Marcio Falcão,
Valdo Cruz e Gabriela Guerreiro.*

Ministro, que poderia ficar até 2024 no tribunal, decide sair no fim de junho.
Primeiro negro a presidir corte ganhou fama com mensalão;
Dilma não tem prazo para definir substituto

• DE BRASÍLIA •

Relator do maior processo criminal já julgado pelo Supremo Tribunal Federal e o mais polêmico presidente

da história recente da corte, o ministro Joaquim Barbosa, 59, anunciou nesta quinta (29) que se aposentará e deixará o tribunal no final de junho.

Primeiro negro a presidir o STF, Barbosa ganhou fama como o relator que conduziu o julgamento do mensalão, que levou a antiga cúpula do



PT, incluindo o ex-ministro José Dirceu, à prisão.

O resultado do julgamento tornou Barbosa popular a ponto de receber aplausos na rua e alimentou especulações sobre suas ambições políticas. Sem filiação a nenhum partido, ele não pode se candidatar a nada

nas eleições de outubro, mas seu apoio é cobiçado pelos rivais da presidente Dilma Rousseff.

Barbosa anunciou sua decisão no início da sessão desta quinta no STF. *“Requererei meu afastamento do serviço público após quase 41 anos”, disse. “Tive a felicidade, a satisfação e a alegria de com-*

por essa corte no que é talvez seu momento mais fecundo, de maior criatividade e de importância no cenário político-institucional do nosso país”.

Barbosa deixa o cargo após 11 anos no tribunal e antes de completar o mandato de dois anos como presidente, que iria até novembro. Ele poderia continuar ministro até a aposentadoria compulsória, prevista para 2024, quando completará 70 anos de idade.

Indicado ao STF pelo ex-presidente Lula, Barbosa travou disputas com colegas, atacou jornalistas, acusou advogados de conluio com juízes e associações de magistrados, de corporativismo.

Antes de informar seus colegas sobre sua aposentadoria, Barbosa esteve com Dilma e os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN).

O ministro dava sinais há algum tempo de que não exerceria seu mandato até o fim. No auge do julgamento do mensalão, colegas achavam que ele poderia sair em abril para se candidatar a um cargo eletivo, mas ele não se filiou a partido no prazo legal.

Depois de encerrada a primeira fase do mensalão, em 2012, quando conseguiu a condenação da maioria dos réus, Barbosa sofreu um revés com a chegada à corte de Teori Zavascki e de Luís Roberto Barroso.

A maioria que seguira sua interpretação do caso se desfez, e Barbosa viu a condenação dos réus pelo crime de formação de quadrilha cair no julgamento de recursos, no começo deste ano. A aposentadoria prematura começou a ser, então, trabalhada.

O ministro passou a ser alvo de

críticas cada vez mais abertas de advogados e de movimentos ligados ao PT e ao governo, principalmente após impedir que os condenados do mensalão em regime semiaberto tivessem direito ao trabalho externo.

Nesta semana, outra decisão o deixou contrafeito: o adiamento do julgamento de uma ação que discute perdas provocadas por planos econômicos. Prevendo novas derrotas em plenário, Barbosa, que em diversas

ocasiões reagiu de forma explosiva ao ser contrariado, resolveu sair.

A pessoas próximas, teceu críticas à corte, aos novos ministros e, em especial, ao revisor do mensalão, ministro Ricardo Lewandowski, com quem protagonizou embates violentos no julgamento. Lewandowski é o vice-presidente do STF e o próximo a assumir o comando do tribunal.

Segundo interlocutores, Barbosa não queria transmitir o cargo ao de-

safeto e ainda por cima arriscar-se a ouvir críticas dele em plenário.

Fora do STF, Barbosa deverá se dedicar à vida acadêmica. Ele quer dar palestras no exterior e trazer colegas acadêmicos para o Brasil.

A presidente Dilma não tem prazo para escolher o ministro que o substituirá. ■

**Artigo publicado pelo jornal Folha de S.Paulo em 30/05/2014.*

TRAJETÓRIA - JOAQUIM

Após 11 anos no STF, Joaquim Barbosa anuncia aposentadoria

1954 - Nasce em Paracatu (MG).

Filho de pedreiro, desde criança ajudava o pai fazendo tijolos e entregando lenha no veículo da família

1971 - Aos 16, vai estudar em Brasília. Mora na casa de uma tia na cidade-satélite de Gama. Trabalha como compositor gráfico do Senado (1973-1976) e oficial do Ministério das Relações Exteriores (1976-1979)

1975 - Começa a cursar Direito na Universidade de Brasília, formando-se em 1979. Deixa o cargo no ministério e torna-se advogado do Serviço Federal de Processamento de Dados

1984 - Torna-se procurador do Ministério Público Federal, atuando em Brasília (1984-1993) e no Rio de Janeiro (1993-2003)

1989 - Começa o mestrado e depois o doutorado em direito na Universidade de Paris-II. Retoma a carreira de procurador

2001 - Após dois anos de pesquisa nos EUA, onde lecionou na Universidade Columbia, publica o livro "Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade". Em 2002 e 2003, leciona na Universidade da Califórnia

2003 - É nomeado pelo presidente Lula para o STF. Em mais de uma ocasião, bate boca com os ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes e Eros Grau. Em 2006, torna-se relator do inquérito sobre o mensalão, convertido em ação em 2007

2008 - Torna-se vice-presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Vota a favor da tese de

que políticos condenados em primeira instância poderiam ter sua candidatura anulada, mas é voto vencido

2009 - Acolhe a denúncia contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB), acusado pela Procuradoria de peculato e lavagem de dinheiro no mensalão mineiro. Desiste de presidir o TSE por problemas de saúde

2012 - Começa o julgamento do mensalão. Em novembro, toma posse como presidente do STF, tornando-se o primeiro negro a presidir a corte. Em dezembro, 25 réus do mensalão são condenados

Jul. 2013 - Folha revela que Barbosa comprou um imóvel em Miami (EUA) usando uma empresa que abriu para obter benefícios fiscais

Nov. 2013 - Barbosa ordena o cumprimento das penas para os condenados do mensalão que já não têm mais direito a recurso. O ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o ex-presidente da sigla José Genoíno vão para a prisão

Març. 2014 - STF conclui análise de recursos e reduz de 25 para 24 números de condenados no processo mensalão. Ex-assessor do PP, João Cláudio Genu é inocentado

Mai. 2014 - Após negar sucessivos pedidos de Dirceu para trabalhar fora da prisão, Barbosa decide suspender autorização para trabalho externo a outros réus no regime semiaberto. Decisão é criticada no meio jurídico

29.mai.2014 - Após 11 anos no STF, comunica aos colegas que vai se aposentar em junho





Joaquim Barbosa recebe o Troféu Raça Negra em 2006.

Jair Rodrigues

(06.02.1939 / 08.05.2014)

P repare o seu coração... O trecho do verso que deu nome ao espetáculo no Troféu Raça Negra tinha razão de ser. No ano de 2011 o cantor Jair Rodrigues foi o grande homenageado do prêmio, realizado pela ONG Afrobras e pela Faculdade Zumbi dos Palmares. Mais que o luxo e o glamour das noites de gala, naquela noite foi a alegria do cantor Jair Rodrigues, que contaminou os presentes.

Ao longo de 52 anos de carreira e 44 discos gravados, Jair Rodrigues, além de samba, também cantou músicas sertanejas e até rap, já que para alguns, “Deixa isso pra lá”, foi o primeiro na história da música popular brasileira.

Jair Rodrigues esbanjou humildade, simpatia, alegria e vitalidade.

Valeu Amigo! ■



5 ANOS

► HÁ 5 ANOS INCENTIVANDO O CRESCIMENTO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE SÃO PAULO.

A Desenvolve SP, instituição do Governo do Estado de São Paulo, já financiou mais de R\$ 1 bilhão para pequenas e médias empresas paulistas, oferecendo crédito de longo prazo com taxas de juros a partir de 0,41% ao mês + IPC-Fipe*. Nosso objetivo é promover o crescimento econômico do Estado, viabilizando ideias inovadoras, projetos de ampliação, modernização, obras de infraestrutura e a compra de novas máquinas e equipamentos.

Desenvolve SP. Quem acredita no que faz não vê limites para crescer.

www.desenvolvesp.com.br



DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Saiba mais em: zumbidospalmares.edu.br e faça parte desta história.

Para viver um sonho é preciso lutar por ele. Faculdade Zumbi dos Palmares. 10 anos.

Ao longo desses 10 anos, a Faculdade Zumbi dos Palmares tem ajudado o Brasil a mudar, a reconhecer e valorizar as diferenças. A se orgulhar mais de sua gente e de sua raça. A ser mais justo, plural e inclusivo. Essa luta, que completa uma década, está longe do seu final, mas certamente já tem um legado de conquistas importantes: a aprovação da Lei de Cotas Raciais, o aumento do número de estudantes negros nas universidades e a inserção do negro no mercado de trabalho em posições de gerência e direção em todos os setores da economia. Conquistas que nos enchem de orgulho e responsabilidade, e que nos estimulam a continuar trabalhando para tornar o negro cada vez mais reconhecido e valorizado.



FACULDADE
ZUMBI DOS PALMARES
SÃO PAULO - BRASIL

10 anos fazendo a diferença através da educação.